

**Sobre o regime empresarial-militar de ocupação das favelas do Rio de Janeiro: Uma análise (crítica) das UPPs**

*On the military-entrepreneurial regime of occupation of the Rio de Janeiro favelas: a (critical) analysis of the UPPs*

**Rafael Barros Vieira**

Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.  
E-mail: rafaelb.vieira@yahoo.com.br.

Artigo recebido em 31/08/2015 e aceito em 11/01/2016.

**Resumo**

O presente ensaio tem como objetivo analisar as “Unidades de Polícia Pacificadora” em articulação com o atual contexto urbano da cidade e do estado do Rio de Janeiro, marcado pela preparação para os chamados “grandes eventos” e a intensificação do processo de empresariamento vivido na cidade e no estado.

**Palavras-Chave:** UPP; Rio de Janeiro; estado de exceção.

**Abstract**

This essay aims to analyze the “Unidade de Polícia Pacificadora” policy implemented in the state of Rio de Janeiro in conjunction with the current urban context of the city and the state of Rio de Janeiro, marked by the preparation for the so-called "big events" and the intensification of the entrepreneurship process experienced in the city and in the state.

**Key Words:** UPP; Rio de Janeiro; state of exception.

## Introdução

A partir de novembro de 2008, com a instalação da primeira UPP no Santa Marta, muito do debate público sobre “segurança pública” passou a gravitar em torno das mesmas, e boa parte das intervenções do poder público e da cobertura midiática termina hoje em dia separando as favelas entre “pacificadas” e “não-pacificadas”. Com isso, o enfoque dado ao tratamento de uma diversidade de temas relacionados à “segurança pública” torna as UPP's uma espécie de centro de gravidade sobre tais temas. Há UPP's instaladas hoje em 38 favelas do estado do Rio de Janeiro, algo que corresponde a menos de 4% das mais de 1.000 favelas consideradas pelo Censo de 2010<sup>1</sup>, existentes hoje na região metropolitana do Rio de Janeiro. Posteriormente à criação das UPP's, pouco tem se falado sobre os outros 96%.

Desde a sua criação, há um pesado investimento na construção de um consenso em torno das UPP's por parte dos poderes dominantes. Embora muitos(as) moradores(as) de favelas reconheçam a importância da redução dos tiros a esmo, estes não desapareceram, e não são suficientes para reverter o quadro de arbítrio ao qual são submetidos. Durante algum tempo, e em certa medida ainda hoje, muitos(as) moradores(as) em favelas e ativistas ao levantar questionamentos sobre as UPP's são interpelados por uma pergunta retórica: “Você preferia como era antes?”. Essa pergunta, que muitas vezes

<sup>1</sup> O Censo indica a existência de 1.332 favelas no estado do Rio, e ainda trabalha com a nomenclatura “aglomerados subnormais” para se referir em geral às favelas e outras construções que se enquadram nessa categorização, reproduzindo um vocabulário depreciativo em relação a essas áreas da cidade. Há ainda controvérsias imensas sobre tais classificações. Em relação ao número de habitantes por exemplo, a disparidade de alguns dados pode ser maior ainda. A Rocinha consta nos dados do IBGE como tendo 69.161 habitantes, na secretaria municipal de obras com 101.000, enquanto que associações e alguns moradores da própria favela trabalham com pelo menos 165.000 habitantes. O site da UPP social trabalha com dados completamente diferentes das fontes citadas anteriormente. Há ainda por parte da prefeitura do Rio de Janeiro, a alteração de nomenclatura de muitas favelas para “comunidades urbanizadas” em seus dados oficiais, segundo os mesmos por conterem serviços básicos similares a outros bairros, entretanto, isso é feito sem explicitar com clareza quais critérios se utiliza e como medi-los.

Ver: BRASIL. Censo Demográfico 2010. Aglomerados subnormais – Informações territoriais. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: [http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/552/cd\\_2010\\_agrn\\_if.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/552/cd_2010_agrn_if.pdf)  
Também: <http://www.cartacapital.com.br/politica/realidade-na-ficcao> Acesso em: 15/08/2015  
Ainda: <http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,ninguem-sabe-quantas-favelas-existem-no-rio-imp-,809440>. Acesso em 15/08/2015  
Ainda: <http://www.brasil247.com/pt/247/favela247/126597/Quantas-pessoas-moram-nas-favelas-do-Rio.htm>. Acesso em 15/08/2015

vem formulada por agentes de Estado, pressupõe ao(a) morador(a) de favelas, a quem ela geralmente é feita, escolher entre duas opções: ou a presença do comércio varejista de drogas armado ou a polícia.

Quase 7 anos depois de sua instalação, e após os levantes que tiveram sequência no Brasil no decorrer de 2013 e reposicionaram uma série de temas no debate público e a reação subsequente que toma novas formas no ano de 2015, é mais do que urgente ir além desse tipo de maniqueísmo político, pois implica dar ao morador de favela, o principal impactado pelos rumos e destinos colocados para a favela, a única opção de escolher o que é “menos pior” de uma opção que já vem pronta, junto a um pacote fechado. Esse tipo de atitude (que é também uma estratégia política) implica em constrangê-lo e limitá-lo a uma dessas opções, promovendo o silenciamento sobre uma conjunção de fatores que incidem sobre sua experiência cotidiana, mas que são deslocados como “secundários” diante dessa pergunta inicial. O argumento do “menos pior” é característico da implementação de uma política de chantagem (independentemente do grau de consciência subjetiva de quem a realiza), que através dela, pretende silenciar qualquer crítica e questionamento que paire sobre ela. Não há somente a opção A ou B, opções essas já estabelecidas previamente e que encaram o(a) morador(a) de favelas como objeto passivo de uma política pública, em que depois que ela é implementada, pergunta-se para ele(a) se era “menos pior” antes ou depois.

Pretendo levantar alguns pontos e questionamentos que vão além desse tipo de raciocínio dicotômico no intuito de colocar em evidência pontos que vem sendo pouco comentados em torno das UPP's e seus significados. As UPP's não são unidades territoriais isoladas e cerradas entre si, mas compõe um conjunto de estratégias complexas que a vinculam a um projeto de cidade e de poder. O objetivo do presente ensaio foi compreender alguns traços principais das UPP's enquanto projeto, mas reconhecendo que as mesmas agem e se manifestam dotadas de particularidades espaciais, o que demandaria uma pesquisa empírica com rigor crítico no âmbito das diferentes favelas hoje ocupadas pelas mesmas para compreender tais particularidades. Seria importante a articulação desses dois momentos para compreendê-la em um alcance mais amplo. Infelizmente essa tarefa não é possível nos limites

desse trabalho. Por isso procurei adotar nele a forma-ensaio, partindo de Florestan Fernandes, na tentativa de permitir com que o investigador, movido também por uma dimensão de urgência, possa questionar a historiografia dominante do tempo presente e se abrir a uma realidade ainda pouco explorada e insuficientemente documentada<sup>2</sup>.

### 1. As UPP's como um dos eixos de um projeto de cidade e de poder

A urbanização vem sofrendo transformações em larga escala a nível global, sobretudo a partir de meados da década de 70. Com a reestruturação capitalista que culminaria na hegemonia neoliberal como paradigma de acumulação, o papel das cidades passa a ser revisto através dos processos de financeirização da economia e das relações sociais. Com a generalização da forma-empresa para os múltiplos aspectos da vida social<sup>3</sup>, a cidade passa a ser vista ela mesma como um espaço direto da financeirização e valorização do capital. Com as transformações técnico-científicas ocorridas com a chamada 3ª Revolução Industrial, o deslocamento de capitais acelera-se, buscando espaços onde a acumulação possa se dar com o mínimo de “entraves” possíveis: dificuldade de atuação de sindicatos e movimentos sociais, legislação trabalhista flexível e flexibilizável, incentivos fiscais, um sistema legal e monetário favorável, garantias ao direito de propriedade amplas (tanto pela via legal quanto do aparato coercitivo) e etc. O capital passa a exigir o máximo de segurança possível em todos os sentidos para que o fluxo de acumulação possa se dar continuamente, e as cidades são parte desse processo, cabendo a elas, num regime de competição entre si, dar o máximo de garantias possíveis para que tais processos sociais ocorram. Encarada como uma empresa em concorrência por capitais com outras empresas<sup>4</sup>, as cidades passam a formular uma imagem “competitiva” visando atrair esses capitais através de uma série

---

<sup>2</sup> FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. São Paulo: Globo, 2006, p.26 e 31.

<sup>3</sup> Uma excelente narrativa desse processo é feita por Foucault em: FOUCAULT, Michel. *O nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008, P.297-340.

<sup>4</sup> VAINER, Carlos. “Quando a cidade vai às ruas”. In: *Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo/ Carta Maior, 2013, p.37.

de incentivos que vão da redução de impostos à atuação do próprio Estado como vetor da acumulação<sup>5</sup>.

No urbanismo, esse giro representa a passagem da abordagem administrativista, típica do Welfare State, para uma de viés empreendedor na passagem da década de 70 para a década de 80 no noroeste global. No decorrer dessas transformações, há o abandono progressivo das políticas de pleno emprego e assistência social para modelar o Estado a partir de vínculos estreitos com o setor privado. Esse percurso, que é comandado pela crítica neoliberal ao Estado como sinônimo de ineficiência, é todo ele feito a partir de uma forte intervenção estatal, por um lado recorrendo ao braço repressivo<sup>6</sup> (que cresce exponencialmente durante esse período e nos anos subsequentes) contra a população pobre, geralmente negra e periférica, sindicatos e outros movimentos que resistiam aos ajustes que incidiam diretamente sobre os direitos dos trabalhadores<sup>7</sup>, e por outro criando uma estrutura jurídico-institucional que dê o máximo de proteção possível ao capital. Segundo David

<sup>5</sup> Embora não tenha sido inaugurado nesse momento o processo que faz desse tipo de racionalidade instrumental a referência do pensamento sobre as cidades (basta pensar, por exemplo, no urbanismo modernista-funcionalista que tomava o taylorismo como base), estamos diante de um momento qualitativamente distinto, no qual a forma-empresa torna-se o paradigma dominante dos processos de acumulação flexível, e no qual é a própria cidade, em seu conjunto e de maneira direta, que passa a ser assimilada a uma empresa. Ver: VAINER, Carlos. "Pátria, Empresa e Mercadoria: Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano". In: ARANTES, Otilia; MARICATO, Ermínia; VAINER, Carlos. *A cidade do pensamento único: Desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2002, p.85.

<sup>6</sup> Esse é o argumento central de Wacquant. Ver: WACQUANT, Loic. *Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Revan, 2013. WACQUANT, Loic. "Marginalidade, etnicidade e penalidade na cidade neoliberal: Uma cartografia analítica". *Revista Tempo Social, Revista de Sociologia da USP*, v. 26, n.2, novembro de 2014, p.139-164.

<sup>7</sup> A América Latina é dotada de particularidades em relação a emergência clara de um Estado Penal para os pobres analisado por Wacquant tendo como referência os Estados Unidos a partir da década de 70. No continente latino-americano, a forma do Estado Penal já era clara num processo que seria refinado historicamente pelas ditaduras que assolaram o continente, e operando-se no final da década de 80 (no Rio esse processo já tem alguns contornos sendo definidos no início dos anos 80) e início da década de 90 uma transposição do "inimigo público" da figura do "subversivo" para a do comércio varejista de drogas ilícitas, processo esse que também sofre influência de injunções internas e externas. Isso é radicalizado no Brasil, dentre outros fatores, pelo processo de transição pelo alto comandado pelas classes dominantes durante os anos 80, que mantém intactas as estruturas de poder e aspectos determinantes do *modus operandi* do sistema penal. Isso é apontado na introdução de: MALAGUTI BATISTA, Vera. *Difíceis ganhos fáceis – drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Revan/ICC, 2003. Também é importante lembrar que o Chile durante a ditadura de Pinochet foi uma espécie de laboratório avançado das políticas neoliberais em que um Estado Mínimo na regulação da economia combina-se a um Estado Penal máximo na gestão da pobreza, da exploração do trabalho e da insatisfação social.

Harvey<sup>8</sup>, esse modelo de gestão das cidades opera sobretudo a partir da noção de “parceria público-privada”, no qual as atividades estatais habituais se integram com o uso dos poderes governamentais como meio de atrair fontes externas de financiamento. A parceria público-privada é encarada como empreendedora e especulativa, e por isso assume os riscos associados ao desenvolvimento especulativo. Ou seja, em muitos casos isso significa que o setor público assume o risco para que o setor privado fique com os benefícios e lucre a partir disso. As administrações locais concentram-se no estímulo às atividades empresariais, atuando como “facilitador”, “coordenador” ou “parceiro” de tais atores<sup>9</sup>. O espaço urbano passa não somente a ser gerido pelos interesses empresariais, aumentando assim o poder de classe do capital, mas passa a ser entendido ele mesmo como uma própria empresa.

Isso é mais do que uma mudança administrativa, sendo atravessada pela capacidade do grande capital de assumir o controle da gestão da cidade e da produção de formas de vida adequadas à sua reprodução<sup>10</sup>. A privatização de antigos espaços públicos ganham centralidade nesses contornos, associados também a um complexo arranjo de mecanismos, regulamentações e formulações jurídicas que transferem progressivamente o centro do processo decisório para as mãos do grande capital ou de seus agentes diretos, que passam a ser o sujeito ativo da intervenção no espaço, eliminando quaisquer formas de mediações.

A cidade-empresa (na qual os governantes são vistos como gestores) assume o papel de reordenar-se de forma a garantir o máximo de condições para a acumulação, atuando de forma decisiva na mercantilização do cotidiano, conformando de maneira associada uma cidade-mercadoria ou *cidade-commoditie*. Essas mercadorias que passam a ser negociadas pelas

---

<sup>8</sup> HARVEY, David. “Do administrativismo ao empreendedorismo: a transformação da governança urbana no capitalismo tardio”. In \_\_\_\_\_: A produção capitalista do espaço. São Paulo: Annablume, 2006, p.172-174.

<sup>9</sup> BARREIRA, Marcos. Cidade Olímpica: Sobre o nexo entre reestruturação urbana e violência na cidade do Rio de Janeiro. In: BRITO, Felipe; OLIVEIRA, Pedro Rocha de. (Orgs.). *Até o último homem: Visões cariocas da administração armada da vida social*. Rio de Janeiro: Boitempo, 2013, p.136.

<sup>10</sup> BRANDÃO, Ana Carolina. *A expulsão das prostitutas do “Prédio da Caixa” na cidade de Niterói: um estudo sobre a produção do espaço urbano e das relações de gênero e sexualidade*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Direito da PUC-Rio. Rio de Janeiro, 2015, p 84.

idades com o grande capital são tanto os insumos valorizados como centros para convenções e feiras, parques industriais, oficinas de informação e assessoramento a investidores e empresários, *know-how* empresarial para receber o investidor transnacional, infra-estrutura a ser utilizada e voltada para receber o grande investidor transnacional, mão-de-obra adequada e adestrada para que o fluxo de acumulação se realize ininterruptamente e etc<sup>11</sup>; quanto acesso direto aos diferentes espaços do cotidiano nos quais se amplia o processo de regulação mercantil e de eliminação de formas consideradas “atrasadas ou pouco lucrativas” de acumulação; também no acesso a um mercado consumidor que possa manter esse ciclo social em funcionamento; além da ampliação da gentrificação e aburguesamento dos espaços, já que esse modelo de cidade é voltado para um público-alvo, que Vainer aponta a partir do texto dos próprios formuladores do planejamento estratégico como sendo o usuário e consumidor solvente (encarado permanentemente como um cliente da cidade).

No Rio de Janeiro, esse quadro torna-se claramente perceptível acompanhando as coordenadas gerais do país e marcado por particularidades sócio-históricas. O neoliberalismo ganha força durante a década de 90 como reação aos movimentos sociais (sindicais, urbanos e etc) que vinham de um ascenso de lutas durante a década de 80. No Rio de Janeiro, as classes dominantes utilizariam como retórica oficial para implementar seu projeto de poder, o discurso de retomada do protagonismo retirado da cidade no momento de transferência da capital para Brasília, e a recepção dos chamados grandes eventos seriam a alavanca para isso. Durante o primeiro governo de César Maia e com a adoção de um “plano estratégico” para o Rio de Janeiro, os urbanistas responsáveis pela implementação desse modelo de cidade tomavam como referência o caso de Barcelona e sua preparação para as Olimpíadas de 1992. Durante esse período se intensificam os *lobbys* para a realização de tais eventos, aproveitando-se da imagem da “Cidade Maravilhosa” como centro receptível de capitais e turistas. Ainda no governo César Maia há a candidatura para sediar os Jogos Olímpicos de 2004. Com a derrota dessa candidatura inicial, a prefeitura, seguindo as coordenadas do

---

<sup>11</sup> VAINER, Carlos. *Pátria, Empresa e Mercadoria...* Op. Cit. p.79.

grande empresariado global e local, resolve apostar na tentativa de promover inicialmente os Jogos Pan-Americanos de 2007 como uma espécie de teste para uma posterior candidatura à Copa do Mundo e às Olimpíadas.

Os assim chamados grandes eventos são centrais no cálculo competitivo travado pelas diferentes cidades-empresa. Com estes, intensificam-se os processos que promovem a acomodação progressiva das políticas públicas às forças e injunções de mercado, investindo com isso num modelo concentrador de riquezas<sup>12</sup>. A imagem de uma cidade “atraente” é vinculada à ausência de conflitos, ao fato de ser segura e conectada aos padrões internacionalizados de consumo<sup>13</sup>. Durante esse percurso, há um aumento expressivo de gastos com a chamada “segurança pública”, que opera como mecanismo gestor do acirramento das desigualdades<sup>14</sup>.

Para os poderes constituídos, os Jogos Pan-Americanos serviriam como ensaio-geral do que ocorreria posteriormente em muitos sentidos. Primeiramente, no dia 2 de maio de 2007 no Complexo do Alemão, ocorreria uma mega-operação após o governador do estado ter declarado “guerra” ao tráfico de drogas. Essa operação ficaria conhecida posteriormente como a “chacina do Pan”, deixando 19 mortos e 9 feridos. É durante esse momento que ocorre uma ocupação policial-militar prolongada no Complexo do Alemão de altíssima letalidade do mês de maio até o fim dos jogos, em agosto de 2007.

A demanda das classes dominantes por segurança jurídica para a garantia de seus contratos, articula-se aos investimentos em “segurança pública”, e a própria “segurança” passa a ser uma das principais mercadorias a serem vendidas ou negociadas no ambiente competitivo formulado pelos executores do planejamento estratégico. É com base nesse tipo de premissa que é formulado e posto em execução os projetos que culminariam na criação

---

<sup>12</sup> BARREIRA, Marcos. *Cidade Olímpica...* Op. Cit. p.158

<sup>13</sup> *Ibid* .p.158

<sup>14</sup> Esse é o argumento de WACQUANT, Loic. *Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Revan, 2013. No Rio atual, os gastos realizados com o aparato policial e de segurança pública ocupa o terceiro lugar no quadro de despesas do governo do estado. No relatório de 2012 a Segurança Pública é a função de governo que tem o terceiro maior orçamento, atrás apenas da Previdência Social e Educação. O orçamento em segurança pública é maior que Saúde, Trabalho, Assistência Social, Cultura, Cidadania, Urbanismo, Transporte, Ciência e Tecnologia, Habitação e etc. Ver: Rio de Janeiro – Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão. Orçamento anual de 2012. Rio de Janeiro: 2012, SEPLAG, p.103. Vale lembrar que uma parte considerável do orçamento em educação é realizado através da transferência de recursos para a iniciativa privada e para terceirização.

das Unidades de Polícia Pacificadoras em novembro de 2008. As UPP's são não somente uma demanda, como também tem a presença direta do grande capital em sua execução. As UPP's recebem “doações” diretas de empresas privadas, como Coca-Cola, CBF (essa doação em tempos de grandes eventos não é gratuita), Souza Cruz, Bradesco Seguros e pelo grupo EBX (anteriormente). O dinheiro é doado para um fundo do Comando de Polícia Pacificadora, e é a Secretaria de Segurança Pública quem intermedia as “doações”, através do gabinete de José Mariano Beltrame. Em seus anos iniciais, Eike Batista havia se comprometido a doar R\$20 milhões anuais durante dois anos, enquanto a Bradesco Seguros doou R\$2 milhões. A Souza Cruz e a Coca-Cola bancaram a construção da sede da UPP da Ladeira dos Tabajaras e do Morro dos Cabritos, enquanto a CBF pagou naquele momento a instalação da UPP da Cidade de Deus<sup>15</sup>. Há ainda a presença Odebrecht, que realizou a terraplanagem para construção das sedes da Fazendinha e Nova Brasília. A UPP Fazendinha está localizada na Estação Palmeiras e a UPP Nova Brasília na Estação Itararé do Teleférico do Complexo do Alemão, num consórcio liderado pela própria Odebrecht. Tudo isso vem relatado no próprio site da UPP<sup>16</sup>. A relação umbilical entre o grande empresariado e as UPP's é exposta no decorrer do site em que Light, FIRJAN, Sebrae, Natura, Rio Top Tour, dentre outros são descritos como “parceiros” em várias atividades, dentre elas o “empreendedorismo”. Além destes, Associação Internacional Lions Clube, Consulado Geral dos EUA, Ação Social da Música pelo Brasil, Viva Rio, LBV, Projeto Santa Música Faz, figuram entre os “parceiros”.

As UPP's são um dos eixos centrais do modelo de empresariamento urbano vivido pela cidade e intensificado num quadro de grandes eventos esportivos/empresariais. A reconfiguração da agenda pública promovida pelas UPP's investe na tentativa de passar a imagem de uma cidade “segura”, contrapondo-se ao imaginário que a associa à “violência urbana”. Cleonice Dias, líder comunitária da Cidade de Deus citada por Vera Malaguti, aponta que:

---

<sup>15</sup> Ver: Folha de São Paulo 28/11/2010. *Empresas ajudam a financiar pacificação*. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2811201040.htm>. Acesso em 18/08/2015

<sup>16</sup> <http://www.upprj.com/index.php/parceiro>. Acesso em 10/08/2015

Nós que somos da comunidade, sabemos que a UPP está ligada a uma satisfação pública para o Rio de Janeiro e o Brasil de que o Estado tem controle das comunidades. Querem dizer que haverá segurança porque nós, pobres, estaremos controlados e que podem vir todos os investimentos para os megaeventos<sup>17</sup>.

A implementação progressiva das UPP's em alguma medida acompanha o mapa da especulação imobiliária e dos grandes eventos. Primeiro foram instaladas centralmente na Zona Sul, Tijuca, entorno do Maracanã e no caminho para a Barra da Tijuca (Cidade de Deus). Posteriormente, haveria sequência na Zona Sul, zona portuária, Centro e em outras regiões da Zona Norte. O Complexo do Alemão, que fica na proximidade de vias de acesso de diversas modalidades esportivas dos Jogos Olímpicos e que liga a Zona Norte à Oeste, seria ocupado em 2010 depois de uma mega-operação. Já o Complexo da Maré que liga o aeroporto internacional às áreas de acesso para as zonas ricas da cidade está hoje em dia ocupada pelo exército. A única UPP instalada na Baixada Fluminense, no Complexo da Mangueirinha, se deu em uma região no qual estava presente um posto avançado da polícia e ocupada previamente<sup>18</sup>. De todas essas, apenas o Jardim Batan era uma antiga área ocupada por milícia, mas que provavelmente foi escolhida por ter sido o local de tortura de jornalistas que investigavam as milícias em 2008. Em todas as outras regiões havia a presença do comércio varejista armado de drogas.

As UPP's aparecem na retórica das classes dominantes e de parte de seus intelectuais como forma de pôr fim à cidade partida, promovendo a “integração” entre favela e cidade. Entretanto, como ressaltou Alexandre F. Mendes, essa proposta de “integração” é feita a partir da intensificação dos imperativos de produção e reprodução do capital<sup>19</sup>. No artigo “Rumo ao Fim da

<sup>17</sup> MALAGUTI BATISTA, Vera. *O Alemão é muito mais complexo*. Texto apresentado no 17º Seminário Internacional de Ciências Criminais em São Paulo – 23/07/2011, p. 2-3.

<sup>18</sup> TOMAZINE TEIXEIRA, Eduardo. *Unidades de Polícia Pacificadora: O que são, a que anseios respondem e quais desafios colocam aos ativismos urbanos? – 2.ª Parte*. Disponível em: <http://passapalavra.info/2010/06/25791>. Acesso em 18/08/2015

<sup>19</sup> MENDES, Alexandre F. “Entre choques e finanças: a “pacificação” e a “integração” da favela à cidade no Rio de Janeiro”. Revista 'O Social em Questão' – Ano XVIII, nº31, 2014, p.237-252.

Cidade Partida”<sup>20</sup>, a economista neoliberal e presidente do IPP Eduarda La Rocque tem como proposta o que ela chama de PPP3 (Parceria Público-Privada e com o Terceiro Setor), no qual ONG's e outros agentes seriam os responsáveis pela implementação de políticas de viés empreendedor, tentando articular na região de favelas uma mobilização para o capital. A informalidade, que por muitas vezes aparece como estratégia de sobrevivência ao desemprego estrutural e à sub-remuneração do trabalho no Brasil, é vista como obstáculo a ser transposto para a “integração” da favela à cidade-empresa.

Não é possível supor, como fazem Eduarda La Rocque e outros agentes do Estado, a inexistência de relações complexas entre as regiões de favela e a economia global da cidade. Em primeiro lugar, por que a força de trabalho dos moradores de favela foi e é central na manutenção das relações sociais profundamente desiguais que estruturam a cidade do Rio de Janeiro. Em segundo lugar, por que em condições sociais capitalistas o acesso aos meios de sobrevivência passa pela relação mercantil, fazendo da relação de consumo um fator no processo de produção e reprodução desse circuito social<sup>21</sup>. Nos escritos de La Rocque e na fala de outros agentes do Estado, o que sobressai é um desejo de transformação da informalidade em formalidade, eliminando assim muitos dos riscos para o grande capital (que precisa da liquidez de seus contratos e em suas ações) e promovendo com isso a ampliação de “novos” mercados. Embora o capitalismo se reproduza em condições de informalidade e inclusive de ilegalidade, o que sobressai no desejo de formalização dos agentes da ordem é a redução do risco e a garantia do lucro.

---

<sup>20</sup> LA ROCQUE, Eduarda. “Rumo ao fim da Cidade Partida”. In: REIS VELLOSO, J.P. Desenvolvimento Humano, “Indústrias Criativas”, favelas e “Os estatutos do Homem”. Rio de Janeiro: José Olympo, 2012. Presente também em: <http://www.rio.rj.gov.br/documents/91329/7f548206-1f79-43dc-950a-a51d1c5ce7f0>

<sup>21</sup> BOTELHO, Maurílio Lima. “Crise Urbana no Rio de Janeiro: Favelização e empreendedorismo dos pobres”. In: BRITO, Felipe; OLIVEIRA, Pedro Rocha de. (Orgs.). *Até o último homem: Visões cariocas da administração armada da vida social*. Rio de Janeiro: Boitempo, 2013, p. 177.

## 2. Segregação sócio-espacial, regulação territorial e UPP's

A partir da histórica construção e reafirmação simbólico-prática de estigmas<sup>22</sup>, as favelas passaram a ser vistas num imaginário dominante higienista e racista como espaço do crime, da desordem, da violência e das doenças<sup>23</sup>, e o Estado o contraponto “civilizatório” que resolveria tais mazelas. Esse tipo de visão é falsa seja pela sua insustentabilidade diante da realidade, já que uma porcentagem ínfima dos moradores de favela está em qualquer espécie de “conflito com a lei”; seja por que o que acontecia nas favelas antes da implantação das UPP's têm ou a cumplicidade ou a presença efetiva do Estado em seu cotidiano; ou ainda por que a ausência de políticas sociais efetivas em áreas de favela, ou a existência de políticas somente de ordem repressiva, é ela mesma uma política. Embora boa parte desse tipo de estigma e esteriótipo seja falso, são elementos fundantes do próprio discurso das autoridades envolvidas no processo de formação e da tentativa de consolidação das UPP's, que buscam forjar no imaginário social o reflexo de uma lógica dicotômica, dualista e perversa.

As UPP's reforçam a lógica de segregação sócio-espacial-racial vivida no espaço urbano brasileiro. O caráter segregacionista aparece no próprio decreto de criação das UPP's pensado para criação de uma tropa especializada para “execução de ações especiais concernentes à pacificação e manutenção da ordem pública nas comunidades carentes”<sup>24</sup>. O decreto é colocado como ato do poder executivo<sup>25</sup> que menciona única e exclusivamente atividades policiais em favelas e seus desdobramentos. É preciso ressaltar que não há

<sup>22</sup> GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: LTC, 1973. Como ressalta Luciane Soares, é importante trabalhar com essa noção relacionado a uma linguagem de relações, para além da referência apenas a um atributo. Ver: SILVA, Luciane Soares. “Agora abaixe o som: UPP's, ordem e música na cidade do Rio de Janeiro”. Cadernos CRH, vol.27, n.70, Salvador, jan./abr. 2014, p.167.

<sup>23</sup> Para análise e questionamento de alguns desses estigmas e esteriótipos, ver: MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio & LEITE, Márcia Pereira. “Violência, crime e polícia: O que os favelados dizem quando falam desses temas”. In: MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. (Org.) *Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008, p.49-52.

<sup>24</sup> Decreto n. 41.650, de 21 de janeiro de 2009. Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro de 22 de janeiro de 2009, pág 4. A regulamentação viria com o Decreto 42.787, de janeiro de 2011, quando já estavam instaladas 13 UPP's.

<sup>25</sup> O decreto foi redigido e publicado em 21 de janeiro, ou seja, mais de um mês depois de estar instalada a UPP do Santa Marta, que data de 19 de dezembro de 2008.

qualquer menção à UPP Social no documento, que viria a ser criada posteriormente como apoio ao braço coercitivo das UPP's, que sempre foi visto como sendo o norte principal do projeto. Em 2011, foi anunciada a municipalização das UPP's sociais<sup>26</sup>. Em 2013, quando quase se chegou a anunciar o fim das tais UPP's sociais<sup>27</sup>, logo o prefeito em articulação com o governador voltariam atrás pois ficaria de fato escancarado, sem quaisquer mediações, o que a UPP de fato é: uma ocupação militar dos territórios de pobreza, como parte de um projeto de cidade (empresa) e de poder.

O próprio conceito de UPP social reforça esse tipo de segregação, ao colocar que a polícia é pressuposto para a chegada do tal “social”<sup>28</sup>. Ou seja, o morador de favela só tem a capacidade de acesso a políticas sociais e à cidadania desde que haja previamente a ocupação territorial-militar, ratificando a existência de uma cidadania policializada operando faticamente nesses espaços, ou como Nilo Batista em certo momento lembrou, uma cidadania negativa<sup>29</sup>. As UPP's tornam claro hoje que o Estado toma a favela como questão de segurança pública e como caso de polícia. Segundo João Pacheco de Oliveira o poder público ao declarar uma fração da população e um local particular como “perigoso” criando procedimentos especiais para relacionar-se com ele em uma tutela marcada pelo racismo institucional e pela verticalização das relações sociais transforma “a responsabilidade pública em uma tutela militarizada, exacerbando as divisões socioeconômicas existentes, fortalecendo as atitudes discriminatórias e o preconceito” como o caminho escolhido para lidar com a quinta parte da população da cidade<sup>30</sup>.

A polícia é colocada como requisito para acesso a qualquer estatuto político (na visão do Estado e do projeto de poder a ele associado) que o favelado tenha, reeditando a formulação histórica (ainda que não assumida)

---

<sup>26</sup> <http://oglobo.globo.com/rio/eduardo-paes-faz-acordo-com-sergio-cabral-upp-social-municipalizada-2842792>. Acesso em 20/08/2015

<sup>27</sup> <http://extra.globo.com/noticias/rio/paes-vai-encerrar-upp-social-criar-ouvidorias-em-favelas-moradores-vao-receber-queixas-denuncias-7935522.html>. Acesso em 20/08/2015

<sup>28</sup> Coloco aqui social entre aspas no sentido dado por : NETTO, José Paulo. “*Capitalismo e barbárie contemporânea*”. Revista Argumentum, Vitória (ES), v.4, n.1, jan/jun 2012, p.202-207.

<sup>29</sup> Para Nilo Batista, essa forma de cidadania é limitada ao “conhecimento e exercício dos limites formais à intervenção coercitiva”. Ver: BATISTA, Nilo. *Fragmentos de um discurso sedicioso*. Revista Discursos Sediciosos, n.1, Rio de Janeiro, 1996, p.72.

<sup>30</sup> PACHECO DE OLIVEIRA, João. “*Pacificação e tutela militar na gestão de territórios e populações*”. Revista Mana, vol. 20, nº1, abril de 2014, p.145.

do mito das “classes perigosas”. Já o favelado é tratado como suspeito, perigoso ou potencial ameaçador da “ordem pública”, para além de uma série de qualificativos que produzem efeito ao antecipar a intervenção penal sobre o mesmo. A polícia torna-se nesses espaços um regulador da vida social em todos os sentidos, fazendo com que os menores gestos cotidianos do favelado precisem “prestar contas” à polícia. É a polícia quem determina a realização de eventos, regula o horário e a altura do funcionamento do som<sup>31</sup> e outros aspectos do cotidiano dentro da própria residência, realiza revistas vexatórias sobre os moradores nos mais variados momentos e espaços, implementa o toque de recolher em algumas comunidades (como no Borel, por exemplo<sup>32</sup>) e etc. MC Leonardo, presidente da APAFUNK, aponta que:

A continuação do trabalho da UPP depois dos Jogos Olímpicos eu não sei qual vai ser, mas daqui pra lá vai ser o policial tomando conta da luz, tomando conta da água, tomando conta do baile, tomando conta da festa de 15 anos, tomando conta da festa de todo mundo. A polícia decide tudo. UPP Social. O que seria isso? Unidade de Polícia Pacificadora Social? É a polícia que dá o Jiu-Jitsu. Para aprender Jiu-Jitsu? Polícia. A aula de capoeira? A polícia. Aí o SEBRAE quer entrar? Polícia. Aí não sei o quê? Polícia. Um dia desses eu vi o Secretário de Assistência Social e Direitos Humanos falando assim: 'É que agora a gente vai tirar a identidade das pessoas, carteira de trabalho, vai vir um pessoal aí pra colocar fluor, cortar cabelo. A primeira foi na Cidade de Deus'. E a próxima? 'A próxima a gente vai ter que ver com o Secretário de Segurança'. Toda ação feita dentro das favelas para qualquer coisa, tudo passou a ser

---

<sup>31</sup> O repper Fiell, morador do morro Santa Marta, no dia 22 de maio de 2010 relata o encerramento à força por parte dos policiais da UPP de um evento cultural naquela comunidade. Os policiais da UPP, alegando estarem cumprindo ordens da capitã Priscila, desligaram o equipamento de som, que segundo Fiell já estava baixo para não incomodar a vizinhança. Depois de tentar dialogar e questionar a atitude dos policiais, Fiell foi detido por desacato e posteriormente agredido, enquanto os policiais debochavam perguntando onde estava a Cartilha Popular de Abordagem Policial que o repper havia ajudado a elaborar. Ver: <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2010/05/472081.shtml>. Acesso em 20/08/2015

<sup>32</sup> Em 2012, a partir da exigência do fechamento dos comércios, da saída das ruas, do retorno dos moradores às suas residências e da implementação do toque de recolher no Borel, foi organizado o “Ocupa Borel às Nove” como forma de resistir à regulação do cotidiano. Os moradores ocuparam as ruas para protestar, cantar, dançar e conversar sobre o que ocorria no Borel. Ver: LEITE, Márcia Pereira. *Território e Ocupação: afinal, de que regime se trata*. Disponível em: <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1353>. Acesso em 20/08/2015

assunto da Secretaria de Segurança. Como tirar deles? Como tirar deles?

Ainda segundo MC Leonardo:

Eu falo que a Cidade de Deus foi a que mais sofreu. A Cidade de Deus foi a que mais sofreu e mais uma vez não adiantou nada, por que tudo continua lá funcionando de uma outra maneira, mas continua funcionando tudo... Os moleques pintavam o cabelo de louro e a polícia mandava voltar pro barbeiro e raspar a cabeça até pouco tempo. Parava carro na rua e se tivesse disco de funk, quebrava. Isso acontecia dentro da Cidade de Deus. Aí em outro debate que foi feito com policiais da UPP, o policial falou pra mim: 'O morador da Cidade de Deus passa pela gente e cospe no chão'. Mas eles querem o que? Com esse tipo de tratamento jamais vai haver um entendimento. E cospem no chão por enquanto, por que daqui a pouco vão estar tacando fogo em ônibus e as pessoas colocando a culpa nos traficantes que estão presos. Cada cabeça hoje dentro da Cidade de Deus é uma panela de pressão, por que ninguém consegue conviver muito tempo com esse tipo de ação: 'Desliga o som!', 'Pára com o jogo!', 'Fecha o bar!', 'Apaga a luz!', 'Volta pra casa!'. Ninguém consegue conviver com isso durante muito tempo.<sup>33</sup>.

A intervenção no espaço e a definição de território subjacente às UPP's é bélica. O secretário de segurança José Mariano Beltrame assume esse paradigma diversas vezes ao falar em “reconquista do território” e que “a questão central da UPP é o controle do território”<sup>34</sup>. Alguns autores apontam para um entrelaçamento do modelo colombiano, haitiano e americano<sup>35</sup> originando um projeto específico que por um lado incide como regulação

<sup>33</sup> Fala de Mc Leonardo durante o debate “Paz Armada”. Semana Jurídica do CALC (Centro Acadêmico Luiz Carpenter – Direito UERJ) em 31/10/2011. Transcrição do trecho entre 50:38-51:53. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=hJllf6hHS-k>. Acesso em 21/08/2015

<sup>34</sup> <http://oglobo.globo.com/rio/beltrame-sobre-5-anos-de-upp-daqui-20-anos-que-sera-da-favela-11056774>

<sup>35</sup> Ver: BRITO, Felipe; VILLAR, André; BLANK, Javier. Será guerra? In: *Até o último homem: Visões cariocas da administração armada da vida social*. São Paulo: Boitempo, 2013, 215-238. Também: MALAGUTI BATISTA, Vera. *O Alemão é muito mais complexo*. Op. Cit. Ainda: MOREIRA ALVES, Maria Helena. *O inimigo interno é, no conceito de pacificação de hoje, o povo todo das favelas*. Jornal Brasil de Fato, 20/05/2014. Disponível em: <http://www.brasildefato.com.br/node/28577>. Acesso em 21/08/2015

territorial e estratégia de “contra-insurgência” preventiva contra as classes vistas como perigosas; e por outro anuncia o paradigma da segurança como elemento impulsionador dos processos de acumulação capitalista e empresariamento urbano. Esses fatores renderam às UPP's um comentário elogioso em um telegrama da Embaixada dos Estados Unidos para o Pentágono, interceptado e revelado pelo Wikileaks:

Além dos óbvios fatores de segurança envolvidos no programa de pacificação, há também interesses econômicos significativos em jogo, com muitos analistas estimando que a economia do Rio de Janeiro poderá crescer 38 bilhões de reais (21 bilhões de dólares) caso as favelas sejam reincorporadas à sociedade e aos mercados tradicionais. O programa de pacificação compartilha muitas características com a doutrina e estratégia de contra-insurgência dos EUA no Afeganistão e Iraque. O sucesso do programa dependerá em última instância não somente da coordenação eficaz e sustentada pela polícia e pelos governos estaduais e municipais, mas também da percepção dos moradores de favelas da legitimidade do Estado<sup>36</sup>.

O secretário José Mariano Beltrame em uma reunião com os membros da Embaixada americana, afirmou que o Rio estava agora “em guerra”, e se ofereceu a dividir o plano estratégico das favelas com os oficiais do Consulado Americano. Fica claro que a dimensão de controle sobre a vida não somente imprime a regulação armada da vida social, mas espera formar os corpos úteis e dóceis que serão uma força eficiente de trabalho barata<sup>37</sup> e integradas a novas modalidades do circuito de consumo. Há uma complexa modulação entre a produção do controle e da violência pelas polícias e as estratégias de formação de consenso. Por um lado o aparato midiático das grandes corporações de comunicação, sócias desse projeto, intensificam a publicidade

<sup>36</sup> <http://wikileaks.ch/cable/2009/09/09RIODEJANEIRO329.html>. Acesso em 21/08/2015

<sup>37</sup> Isso fez, por exemplo, com que a Procter & Gamble se instalasse na Cidade de Deus, um ano depois que a região foi ocupada pela polícia, com o governo municipal dando como incentivos a redução do IPTU e do ISS. A Philips no decorrer do ano de 2011 fez consultas à Secretaria de Segurança sobre a instalação de uma UPP no Morro do Dendê, pois a empresa teria interesse de instalar uma fábrica na região. <http://oglobo.globo.com/rio/apos-anos-de-esvaziamento-pacificacao-atrai-empresas-para-areas-proximas-favelas-2911516#>. Acesso em 21/08/2015

e a espetacularização das mega-operações às vésperas das ocupações, aproveitando-se de um histórico de produção das mais variadas formas de adesão subjetiva à barbárie. A partir do momento em que o território é “conquistado”<sup>38</sup> (com direito ao hastear de bandeiras) e o aparato coercitivo instalado, simultaneamente se desenvolve uma etapa de forjar consenso dentro da favela, que envolve a produção recorrente de controle disciplinar regulamentando a vida social por dentro. Enquanto isso, o aparato coercitivo está permanentemente presente para incidir sobre desvios das rotas previamente traçadas para os moradores de favela.

O documento encerra afirmando que:

Se [...] o programa ganhar mais 'corações e mentes' nas favelas, e continuar a gozar de apoio genuíno do governador e do prefeito, reforçado pela iniciativa privada atraída pelas perspectivas de reintegração de cerca de um milhão de moradores de favela aos mercados tradicionais, esse programa poderá refazer a fábrica econômica e social do Rio de Janeiro. Esse consulado trabalhará em estreita colaboração com as autoridades estaduais competentes para facilitar o intercâmbio, seminários e parcerias institucionais para esses fins<sup>39</sup>.

Como ressalta Eduardo Tomazine Teixeira, a “pacificação” é relacionada a um processo de subjetivação vinculada a fazer com que os trabalhadores residentes em favelas aceitem os termos da nova situação imposta, ou seja, “pacificá-los”<sup>40</sup>. A militarização da vida social subjacente às UPP's tem a pretensão de produzir e reproduzir uma força de trabalho disciplinada, ao qual se associam os processos de mercantilização e expropriação cotidiana. A militarização armada e aberta vem acompanhada da tentativa de militarização subjetiva, que penetra nas variadas formas de vida cotidiana dessa população, mas que é enfrentada pela resistência dos(as) próprios(as) moradores(as).

<sup>38</sup> Novamente a expressão é de José Mariano Beltrame. <http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/rj/beltrame+descarta+upp+na+vila+cruzeiro+agora+mas+pm+diz+que+entrou+para+ficar/n1237839462244.html>. Acesso em 21/08/2015

<sup>39</sup> <http://wikileaks.ch/cable/2009/09/09RIODEJANEIRO329.html>. Acesso em 21/08/2015

<sup>40</sup> TOMAZINE TEIXEIRA, Eduardo. A 'doutrina da pacificação'. In: <http://passapalavra.info/2011/01/34214>. Acesso em 21/08/2015

### 3. A intensificação da regulação mercantil e o cotidiano

Embora muitos moradores retratem o fato de pouco ou nada terem visto acerca de uma alteração profunda do “social” nas favelas com UPP’s, o pouco que tem sido visto sequer é discutido com as favelas, e geralmente é feito obedecendo a lógica do impacto midiático e de intervenção pautada em uma visão externa distanciada das maiores e mais atuais e imediatas necessidades dos moradores de favela<sup>41</sup>. É emblemático desse tipo de intervenção o teleférico construído no Complexo do Alemão, e a tentativa de construção de teleféricos na Rocinha e na Providência, enquanto muitos moradores pautavam outras demandas, como por exemplo a campanha articulada na Rocinha e chamada de “Saneamento Sim! Teleférico Não”. Por parte dos moradores, seguem relatos também de falta de reservatórios que prejudicam o abastecimento de água na comunidade, falta de luz recorrente, precariedade de coleta de lixo e ausência de instalação de postos de saúde, creches, escolas, hospitais e etc. A polícia é o agente central do “social”, e é ela que dá aulas de violão, percussão, capoeira, taekwondo, hidroginástica, futsal e etc. Não se trata obviamente de questionar o acesso dos moradores de favelas a essas atividades, mas de apontar que elas vem vinculadas e são integrantes constitutivos de um projeto de cidadania policializada, em que a instituição policial (e seus códigos de hierarquia e militarização) é um elemento determinante na subjetivação cotidiana.

A “chegada de serviços” prometida para junto da chegada da polícia revelou-se ilusória em muitas favelas. A “chegada de serviços” é muito mais vinculada a entrada de empresas privadas de telefonia, TV a cabo, agências bancárias, lojas de crediário, empresas prestadoras de serviços públicos, do que o acesso de fato à urbanização, saúde, moradia, educação e etc. Há relatos que logo depois da ocupação policial-militar, chegam às favelas funcionários da SKY e de empresas de telefonia<sup>42</sup>. É particularmente dramática a situação de

---

<sup>41</sup> INSTITUTO DE DEFENSORES DE DIREITOS HUMANOS (DDH). *Relatório final do projeto “Paz sem voz é medo: a criminalização da pobreza em comunidades com a implementação de UPPs”*. Rio de Janeiro: Outubro de 2012, p. 2.

<sup>42</sup> <http://www.viomundo.com.br/denuncias/mauricio-campos-dos-santos-nao-ha-reforma-possivel-para-a-pm-que-atua-como-guarda-da-propriedade-de-escravos.html>. Acesso em 22/08/2015

muitos moradores no que se refere, por exemplo, à chegada da Light nas comunidades. Tem crescido as reclamações de cobranças abusivas, de falta de transparência na cobrança da tarifa, dificuldade de compreensão dos critérios de medição, e falta de qualidade e segurança no serviço prestado. Em um relatório feito por um grupo de pesquisa do Departamento de Direito da PUC-Rio, 78,26% dos moradores atendidos na realização de um mutirão sobre contas de luz e energia elétrica tiveram a cobrança de 250 KW em sua conta de luz no mês de janeiro de 2013, o que indica a existência de medição padronizada nessas favelas<sup>43</sup>. Constatou-se simultaneamente o aumento geral das faturas, e há relatos de moradores que pagam contas com valores superiores a R\$500,00, mesmo com um número pequeno de eletrodomésticos em casa. Há relatos similares em outros locais<sup>44</sup>, como Santa Marta, Tabajaras, Babilônia, Cerro-Corá, Turano, Rocinha e etc, no qual o aumento das contas de luz significa o aumento do custo de vida, vivenciado em diversas outras esferas do cotidiano dos moradores dessas áreas. Essa situação deu origem a um protesto dos moradores do Santa Marta, no dia 25 de março de 2014, no qual questionavam exatamente as cobranças abusivas da Light<sup>45</sup>. Boa parte dos moradores exigem a implementação de uma tarifa social que corresponda às suas necessidades, e uma regulação da tarifa de luz que não seja pensada a partir da lógica mercantil e de consumo.

O processo de gentrificação e o aumento do custo de vida é uma situação que toca de maneira dramática o cotidiano atual dos moradores de favela. Se durante muito tempo as favelas foram uma alternativa factível à população que migrava para as regiões industrializadas no decorrer do processo de urbanização, ou para os trabalhadores precários e sub-remunerados que já habitavam os centros urbanos, hoje assistimos a novas particularidades na urbanização periférica brasileira sobretudo em áreas de

---

<sup>43</sup> PROJETO DIREITOS EM MOVIMENTO: TERRITÓRIOS E COMUNIDADES. *Relatório sobre o "Mutirão de atendimento e orientação jurídica aos moradores do Chapéu-Mangueira (Leme) em questões de direito à moradia e do consumidor de serviços de energia elétrica"*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2013, p.9.

<sup>44</sup> Ver a reportagem da ONG Rio on Watch: *Light emite contas contraditórias e serviço questionável em favelas com UPP*. Disponível em: <http://rioonwatch.org.br/?p=11037>. Acesso em 22/08/2015

<sup>45</sup> Para um relato dos moradores sobre as contas, ver: <https://www.youtube.com/watch?v=zbYUNo3wRGg>. Acesso em 22/08/2015

UPP's. Há um processo acelerado de aumento dos aluguéis e dos custos de moradia na favela e no entorno. Enquanto a especulação imobiliária e a grande mídia saudaram essa elevação dos preços no entorno<sup>46</sup>, as favelas em áreas de UPP convivem com o reverso desse processo, expresso pelo sufocamento das suas condições materiais de existência, que se manifestam no encarecimento da moradia, mas também em outros itens imediatos do seu cotidiano. Recentemente, foi noticiada a compra de uma mansão no Vidigal por parte do ex-jogador de futebol David Beckham, por 1 milhão de reais<sup>47</sup>. O rapper Fiell, morador do Santa Marta, em um livro publicado há 3 anos atrás sintetiza esses processos:

Já se passaram mais de dois anos desde a implantação da UPP (Unidade de Polícia Pacificadora) no morro Santa Marta, Botafogo, Zona Sul do Rio de Janeiro. [...] Já estamos em 2011, e ainda quase nada de melhoria coletiva chegou ao morro do Santa Marta. Sim, medidas paliativas sim, isso chegou e irá chegar sempre. [...] Será (um desafio) para todos os moradores permanecerem neste território de negócios para a especulação imobiliária. Vejo um outro morro Santa Marta, onde moram estudantes de classe média, estrangeiros. Onde há disputa para alugar um barraco de dois metros quadrados pela quantia de R\$ 350,00. Vejo bar se transformando em república, vejo bares se adaptando à tendência de ser empreendedor. [...] Até a chegada das Olimpíadas, em 2016, não sei se estaremos aqui no morro Santa Marta. Hoje, mais do que nunca, temos um custo de vida muito caro. A nossa conta de luz chega com valores aleatórios. No mês passado eu paguei R\$ 50, sem ninguém ficar em casa, pois trabalhamos o dia todo fora. Nesse paguei R\$ 45. Tenho conhecimento de que alguns moradores estão pagando R\$80, R\$100. Cadê a tarifa social? Sutilmente, estão

<sup>46</sup> Para uma visão apologética do processo, ver: <http://noticias.r7.com/videos/david-beckham-compra-mansao-de-r-1-milhao-no-morro-vidigal-rj-/idmedia/5345e0ec0cf296ccd097475a.html>. Acesso em 22/08/2015.

<sup>47</sup> Notícia de 09/04/2014 em: <http://extra.globo.com/famosos/david-beckham-compra-casarao-em-favela-no-rio-de-janeiro-12135360.html>. Acesso em 22/08/2015. Entretanto, a reportagem de um site que fez uma pesquisa no local não confirma a compra: <http://www.brasil247.com/pt/247/favela247/136398/A-mans%C3%A3o-do-Beckham-e-a-gentrifica%C3%A7%C3%A3o-no-Vidigal.htm>. Acesso em 22/08/2015. Ver também: <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/gentrificacao-chega-ao-vidigal-e-pressiona-precios-dos-imoveis-8227.html>. Acesso em 22/08/2015

higienizando a favela, sem que a totalidade dos moradores perceba. A mídia pulveriza a mente do trabalhador com o slogan da favela modelo e que temos que agradecer ao santo Sérgio Cabral, governador do Rio de Janeiro. O presidente Lula veio ao morro Santa Marta em setembro de 2010 e disse que temos que esquecer o nome favela, pois este já passou e é feio. Mas ninguém comenta a omissão com os moradores do pico do morro, pois lá não chegou absolutamente nada de urbanização. Toda essa transição beneficiou alguém: os enclaves fortificados dos ricos. Esses estão felizes da vida, com o aumento dos seus imóveis, de R\$ 150 mil para R\$ 300 mil e R\$ 400 mil etc. Hoje não podemos realizar o baile funk no morro, mas os blocos de fora do morro fazem seus eventos aqui e rola mais do que baile funk. A UPP também faz suas festas...<sup>48</sup>.

O baile funk, que é visto mesmo por moradores contrários a ele<sup>49</sup> como uma das poucas opções de lazer dentro das favelas, é um dos centros dessas disputas. Há uma política promovida pelo governo do estado de constrangimento e proibição da realização de bailes funk em favelas ao determinar que a polícia tem o direito de autorizar ou não a realização de bailes, expressa pela Resolução 013/2007 e intensificada e implementada a partir de 2010 pela Secretaria de Segurança Pública. O estado realiza a regulação dos bailes seja pelo poder discricionário da polícia, seja pela burocracia, que exige que haja um pedido com 20 dias de antecedência para a realização de um baile funk, com a resposta das autoridades tendo de vir 8 dias antes. Há também subdeterminações expressas em alguns locais, que exigem a instalação de câmeras e contratação de seguranças para a sua realização. Isso não atinge somente bailes, mas eventualmente também festas de família, batizados e outros eventos<sup>50</sup>. Embora o governador Sérgio Cabral tenha revogado a resolução 013<sup>51</sup> depois de se ver acuado pelas manifestações de 2013, a polícia continua regulando faticamente as realizações de bailes e

<sup>48</sup> REPPER FIELL. *Da favela para as favelas: História e experiência do Repper Fiell*. Rio de Janeiro: Malungo Comunicação e Editora, 2011, p.61-63.

<sup>49</sup> A partir da pesquisa empírica e de entrevistas feitas por Luciane Soares da Silva. *Agora abaixe o Som...* Op. Cit. p.166

<sup>50</sup> Ibid. p.173

<sup>51</sup> <http://www.rj.gov.br/web/imprensa/exibeconteudo?article-id=1715979>. Acesso em 23/08/2015

eventos nas favelas, por via de procedimentos formais e informais da “fase de transição” definida por ele no comunicado de revogação. Nesses espaços, a polícia é quem define o que é cultura ou lazer, e o funk é quem está no alvo de forma mais direta dessas proibições. Entretanto, tem sido recorrentes em áreas de UPP (como o Santa Marta, Vidigal, Tabajaras e Pavão-Pavãozinho) a realização de festas para jovens ricos e de classe média, com ingressos inacessíveis aos moradores dessas favelas<sup>52</sup>, que são obrigados a buscar opções de lazer em áreas distantes de onde moram. Dentre estas, festas de funk, mostrando que há um processo de marginalização e criminalização que são seletivos<sup>53</sup>, pois no plano concreto ela incide sobre a população identificada com esse estilo de música a partir de critérios de raça e classe. Thiago Firmino, morador do Santa Marta, afirma que:

Isso está deixando a comunidade muito revoltada. Porque a gente não tem condição de pagar cem paus numa festa. E, se a gente toca um funk, a polícia já vem com uma postura toda enviesada, enquanto as outras festas estão rolando soltas sem nenhum problema<sup>54</sup>.

Intensifica-se com esse quadro não somente as dinâmicas de regulação mercantil do cotidiano<sup>55</sup>, mas dos processos que tornam a própria favela um objeto de consumo, como nos casos de turismo de “safari” em favelas, organizado por agências voltadas para estrangeiros interessados em associar a favela ao exotismo, buscando “consumir” a pobreza e a “adrenalina” de um local em “guerra”. Esse turismo geralmente se caracteriza pela ida de Jeeps com vestes militares às favelas, com os turistas vestidos como se estivessem indo a Safaris<sup>56</sup>. O consumo da favela enquanto experiência estética vem

<sup>52</sup> <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/o-asfalto-invade-o-morro/>. Acesso em 23/08/2015

<sup>53</sup> *Ibid.*

<sup>54</sup> <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/10/12/em-favelas-com-upp-baile-funk-perde-a-vez-para-festas-de-classe-media.htm>. Acesso em 23/08/2015

<sup>55</sup> Que torna a própria favela objeto de consumo e de disputa de mercado. Uma expressão desse fenômeno são as propostas de criação dos “Favela Shopping” coordenado pelo criador da Central Única das Favelas. Ver: SILVA, Luciane Soares da. “Vamos combinar”: Não deu certo: É preciso acabar com as UPPs no Rio de Janeiro. Revista Vírus Planetário. Abril de 2015. Disponível em: <http://www.virusplanetario.net/combinar-unidades-pacificadora/>. Acesso em 23/08/2015

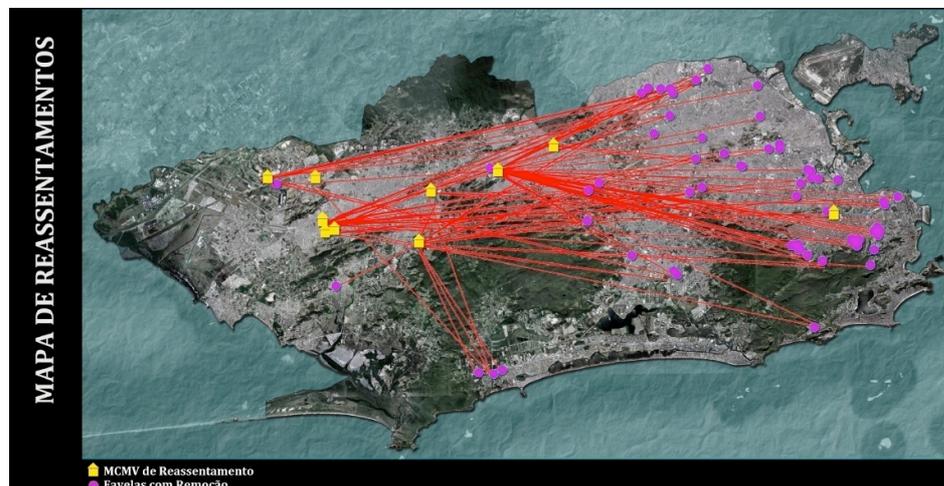
<sup>56</sup> Sobre isso, ver: FACINA, Adriana. “Consumo Favela”. In: Política cultural com as periferias: Práticas e indagações de uma problemática contemporânea (Org. Pâmella Passos, Aline Dantas e Marisa Mello). Rio de Janeiro: IFRJ, 2013, p 23-28.

associado a uma alteração da rotina cotidiana desses espaços, modelando-os para a chegada de turistas e jovens de classe média com restaurantes japoneses, drinkerias e etc, cujo acesso é inacessível para a grande maioria, promovendo um processo progressivo de aumento do custo de vida nessas regiões.

Atualmente, com a intensificação da especulação imobiliária na iminência dos chamados grandes eventos, um modelo de produção e reprodução urbana pensado a partir da lógica mercantil atinge as diferentes áreas da cidade, e em especial as regiões de favela. A intervenção seletiva do poder público, que chega à favela primordialmente através de sua faceta policial, faz da militarização da vida social um dos núcleos centrais de algo que não se encerra nela. Há um complexo de políticas articuladas, que vão do PAC, passando pelas UPP's e pelo Choque de Ordem, chegando até as remoções que põe em movimento um projeto de cidade elitista e mercantilizado. O poder público incide nas favelas desvirtuando as demandas históricas dos moradores por urbanização, através da execução de um projeto de urbanização voltado não para aqueles que residem historicamente nessas áreas, mas para a adequação da cidade a esses grandes eventos. O próprio termo "gentrificação" (ou aburguesamento) aparece na fala dos moradores de diferentes favelas para descrever o processo social de encarecimento do custo de vida e expulsão da população pobre para áreas distantes dos centros, dando origem às chamadas "remoções indiretas", promovidas pelo aumento do custo de vida.

Num processo que se articula ao das remoções diretas, isso vem promovendo um redesenho do mapa urbano da cidade. O Rio de Janeiro, cidade historicamente marcada pela proximidade espacial e visual das favelas com os bairros ocupados pela classe média alta e pela burguesia, agora passa a promover a expulsão direta e indireta para regiões distantes do centro e de seus locais de trabalho, modelando a possível criação de um cinturão periférico que corta algumas extremidades da Zona Oeste, que resta como uma das poucas alternativas para esses(as) trabalhadores(as). Esse processo é parcialmente explicitado no mapa a seguir, formulado pelo arquiteto Lucas Faulhaber, que tem como foco os reassentamentos promovidos pela prefeitura

posteriormente aos processos de remoção em curso nas favelas da cidade, e foi feito com base nos dados coletados da Secretaria Municipal de Habitação.



Além dos reassentamentos feitos pela SMH mostrados no mapa, as remoções indiretas atuam diretamente em espaços de UPP como desdobramento da ampliação da especulação imobiliária e por outros fatores, conforme chama a atenção o arquiteto em artigo escrito junto a Cristina Lontra<sup>57</sup>. Além da especulação que passa a ampliar sua operação no entorno de áreas de UPP, os moradores passam a ser expulsos desses locais também em funções de obras (ver, por exemplo, o caso do Teleférico do Morro da Providência, as alegações de “risco” no pico do morro Santa Marta, e os casos de remoções para obras do PAC) ou por decretação de risco por parte da prefeitura, geralmente rebatidas por coletivos de arquitetos e engenheiros que procuram contestar os laudos fornecidos pela prefeitura. As remoções diretas, um dos desdobramentos do empresariamento urbano intensificado no processo de preparação para os grandes eventos, articula-se às remoções indiretas, que embora não altere de maneira imediata a composição social das

<sup>57</sup> FAULHABER, Lucas & NACIF, Cristina Lontra. “Rio Maravilha: desapropriações, remoções e reforço do padrão de organização espacial centro-periferia”. In: Trabalho apresentado ao XV Encontro Nacional da ANPUR. Recife: ANPUR, 2013, p. 9-11.

regiões de favela<sup>58</sup>, é um processo que se realiza a médio e longo prazo e que vem sendo denunciado por moradores(as) principalmente das favelas localizadas na Zona Sul.

#### 4. O estado de exceção e o governo do território

Na tentativa de obter legitimação em torno das UPP's, os poderes dominantes investem na proposta de vinculá-las a algo radicalmente “novo” no que diz respeito ao tratamento do Estado em relação às favelas. Esse tipo de discurso aparece recorrentemente nas falas de membros das diferentes esferas governamentais, gestores públicos e consultores que trabalham nas favelas, membros da academia, algumas ONG's e de apresentadores e jornalistas que trabalham nas grandes corporações de comunicação.

A obra coletiva “Até o último homem: Visões cariocas da administração armada da vida social” vai na contramão desse movimento hegemônico. Um dos principais méritos do conjunto de ensaios é questionar as práticas e discursos que tentam a todo momento fazer da implementação das UPP's um sinônimo de ineditismo político para apontar que caso se desejem analisar os processos de administração policial-militar das favelas, perceberemos que a tentativa de afirmação recorrente do “novo” não se sustenta. A Operação Rio de 94, as mega-operações e a implementação da gratificação faroeste durante o governo Marcelo Allencar, a continuidade das mega-operações a pretexto de “combate ao tráfico” no governo Garotinho<sup>59</sup> até chegar à chacina do Pan de 2007 e a ocupação do morro da Providência em 2008, são referências históricas imediatas que culminam na consolidação de um modelo que se pretende permanente de regulação armada sobre as favelas. Isso somente para ficar num período recente pós-constituição de 88, pois caso se desejasse analisar a conversão da “doutrina de segurança nacional” em “doutrina de

---

<sup>58</sup> <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/74710-favelas-vivem-expansao-do-mercado-de-alugueis.shtml>. Acesso em 23/08/2015

<sup>59</sup> Para uma análise das políticas de segurança pública nesses governos, suas particularidades e semelhanças, ver: DORNELLES, João Ricardo. *Conflito e Segurança – Entre pombos e falcões*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

segurança pública” em tempos de “redemocratização”<sup>60</sup>, as semelhanças indicariam que aquilo que resta da ditadura e do passado autocrático vai além de uma análise pautada nas formalidades jurídico-legais.

Ao contrário do que afirmam os discursos que idealizam o que é transmitido como “novo”, as UPP's expressam a reorganização ou reconfiguração da forma de intervenção seletiva do Estado nos territórios de pobreza. Há um complexo híbrido operando em sua materialização que não dispensa as mega-operações de alta letalidade, ainda presentes tanto na instalação quanto nas incursões policiais vividas no cotidiano dessas regiões. Embora as mega-operações ocorram em menor escala em favelas com UPP's, são frequentes os relatos durante as incursões policiais cotidianas de entrada indiscriminada em residências, revistas vexatórias em crianças, adolescentes, adultos e idosos em muitas regiões das favelas, interferência no cotidiano das poucas escolas presentes nesses espaços e abusos contra moradores que questionam essas formas de intervenção (expressa pelo uso recorrente da criminalização por desacato). A presença da polícia e do sistema penal seguem sendo os elementos centrais da presença do Estado atualmente nas favelas.

As UPP's seriam no discurso das autoridades que a formularam um modelo de redução das políticas de alta letalidade estatal, que vinham (e ainda vem) sendo criticadas por moradores(as) de favelas, movimentos sociais e alguns organismos internacionais. Durante o ano de 2007, esteve no Brasil o relator especial da ONU Philip Alston para execuções sumárias, arbitrárias e extra-judiciais. Em seus relatórios, um dos temas abordados foi o alto índice de letalidade da polícia brasileira como um todo e da do Rio de Janeiro em particular pela via dos chamados 'autos de resistência', que em um número grande de casos representavam execuções sumárias. De acordo com o relator:

Em tese, esses são casos em que a polícia teve de usar a força necessária e proporcional à resistência daquele que os agentes da lei desconfiavam ser criminosos. Na prática, o quadro é radicalmente diferente. É o próprio policial quem primeiramente define se ocorreu uma execução extrajudicial ou uma morte legal. Apenas raramente, essas auto-

---

<sup>60</sup> MALAGUTI BATISTA, Vera. *Diffíceis ganhos fáceis*. Op. Cit. Introdução.

classificações são investigadas com seriedade pela polícia civil. Recebi muitas alegações altamente críveis de que as mortes especificadas como “resistência” eram, de fato, execuções extra-judiciais. Essas alegações são reforçadas pelo estudo de autópsias e pelo fato de que a proporção entre civis e policiais mortos é inacreditavelmente alta<sup>61</sup>.

Os dados oficiais do número de autos de resistência entre 1997 e 2014 estão presentes no quadro abaixo:

	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Autos de Resistência	300	397	289	427	592	900	1195	983	1098

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Autos de Resistência	1063	1330	1137	1048	855	524	415	415	582

Fonte: Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro ([www.isp.rj.gov.br](http://www.isp.rj.gov.br)) e também para auxílio com o cruzamento de dados do CESeC – Centro de Estudos de Segurança e Cidadania ([www.ucamcesec.com.br/estatisticas](http://www.ucamcesec.com.br/estatisticas))

Nos dados oficiais, há uma redução nos índices a partir de 2007, depois de muitas curvas crescentes, que levaram o governador Sérgio Cabral, a comemorar em 2011 a redução de tais índices<sup>62</sup>. Entretanto, a discussão vai muito além disso. Em primeiro lugar, não é possível achar “normal” que somente no estado do Rio de Janeiro no ano de 2010 (ano em que o governador comemorou a redução de índices) 855 pessoas sejam mortas pela polícia militar, em sua imensa maioria negros e pobres<sup>63</sup>, somente em dados

<sup>61</sup> Trecho retirado do relatório parcial, entregue em 2008. Tradução em português disponível em: [www.nevusp.org/downloads/relatoriophilip.doc](http://www.nevusp.org/downloads/relatoriophilip.doc). Para o relatório final, ver: <http://www.abant.org.br/conteudo/000NOTICIAS/OutrasNoticias/ingles.PDF>. Tradução não oficial para o português em: <http://www.abant.org.br/conteudo/000NOTICIAS/OutrasNoticias/portugues.PDF>

<sup>62</sup> <http://oglobo.globo.com/rio/sergio-cabral-comemora-queda-nos-indices-de-criminalidade-anunciada-pelo-isp-2712931>. Acesso em 24/08/2015.

<sup>63</sup> Dados da Anistia Internacional mostram que das 1.275 vítimas de homicídio decorrente de intervenção policial entre 2010 e 2013 na cidade do Rio de Janeiro, 99,5% eram homens, 79% eram negros e 75% tinham entre 15 e 29 anos. Ver: ANISTIA INTERNACIONAL. *Você matou meu*

oficiais. O Rio de Janeiro tem uma das polícias que mais mata, e também uma das que mais morre no mundo. Tais índices são comparáveis a países inteiros, alguns em situação de guerra. Em segundo lugar, tornar a vida humana um número em meio a estatísticas é das estratégias mais sofisticadas e perversas que atualmente são colocadas em curso, que apaga completamente a história social dos seres humanos convertidos em números. Em terceiro lugar, esses dados vem sendo questionados recentemente por uma série de pesquisadores, apontando para a fragilidade de muitos indicadores. Uma das razões de desconfiança dos pesquisadores reside no fato de o governo do estado do Rio de Janeiro ter estabelecido uma premiação para redução dos índices de letalidade violenta (que incluem homicídios e autos de resistência).

Em 2008, a antropóloga Ana Paula Miranda foi exonerada em fevereiro após expor e divulgar um número recorde de mortos pela polícia no ano de 2007, exposto na tabela anterior. Ana Paula indicou naquele momento que o governo do estado vinha fabricando a queda de alguns índices através de metodologias obscuras no tratamento de dados e estratégias administrativas junto a polícia civil e militar<sup>64</sup>. Desde então, o ISP passou a ser presidido sucessivamente por policiais, no qual se revezaram o Coronel Mário Sérgio Duarte e o Coronel Paulo Augusto Souza Teixeira. Houve conflito também em 2009 também entre os dados do ISP e os do Ministério da Saúde, que apontam um aumento no número de mortos por causa desconhecida envolvendo arma de fogo simultaneamente ao aumento de registro de mortes sem intenção determinada, que vão de encontro aos dados do governo do estado relativos ao número de homicídios. Esses dados estão expostos na tabela abaixo:

---

*filho: Homicídios cometidos pela Polícia Militar na cidade do Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: Anistia Internacional, 2015, p. 34-35.

<sup>64</sup> <http://noticias.uol.com.br/ultnot/agencia/2008/09/18/ult4469u30952.jhtm>. Acesso em 24/08/2015.

	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Mortes sem causa determinada envolvendo armas de fogo	233	248	146	442	462	874

Fonte: <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2011-05-27/caem-registros-de-homicidio-mas-mortes-violentas-de-%E2%80%9Cintencao-indeterminada%E2%80%9D-sobem-70-no-rio>. Acesso em 25/08/2015

Pesquisadores tem alertado também para o aumento substancial no registro de desaparecimentos a partir de 2007. Os números indicam o aumento de aproximadamente 30% entre 2007 e 2013, conforme pode ser visto na tabela abaixo.

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Desaparecimentos	4562	4633	5095	5425	5473	5488	5934	6004	5014

Fonte: Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro ([www.isp.rj.gov.br](http://www.isp.rj.gov.br)) e também para auxílio com o cruzamento de dados CESeC – Centro de Estudos de Segurança e Cidadania ([www.ucamcesec.com.br/estatisticas](http://www.ucamcesec.com.br/estatisticas))

Durante as sucessivas críticas feitas e com a repercussão do chamado “caso Amarildo”, o jornal O Globo de 09 de setembro veiculou uma reportagem cujo título era “Mais de 60% das pessoas que somem reaparecem, mas estatísticas não são atualizadas”. Nessa reportagem, foi relatado o caso de uma jovem que fugiu de casa ao menos 4 vezes, e o seu desaparecimento seguia registrado nos dados oficiais. A reportagem cita a delegada Elen Souto, que menciona que mais de 60% dos desaparecidos voltam para casa, e o presidente do ISP que menciona que esse índice é de 71,3%. Embora os casos de desaparecimentos sejam compostos por pessoas que posteriormente reaparecem, a hipótese de vinculação entre desaparecimento e o aumento de

letalidade por parte do Estado não pode ser descartada tão facilmente assim. Como ressalta o pesquisador e professor Fábio Araújo, que recentemente escreveu uma tese de doutorado sobre os desaparecimentos no estado do Rio de Janeiro<sup>65</sup>, fica uma pergunta decisiva que não é respondida pelos agentes do Estado e o jornal O Globo: onde estão os aproximadamente 30 ou 40% que não reapareceram? Segundo o pesquisador:

É esta fração dos desaparecimentos que demanda esclarecimento. Desde janeiro de 1991 a junho de 2013 foram registrados mais de 92.000 casos de desaparecimento. Trinta ou quarenta por cento dessa cifra é muita coisa. A questão merece ser levada a sério. E se lembrarmos que a polícia do Rio de Janeiro é uma das que mais mata no mundo, mais do que em países que encontram-se em situação de guerra, temos mais um motivo para considerar a hipótese da relação entre desaparecimento e homicídio. E há motivos para considerar a hipótese da participação da polícia. Aí está o caso Amarildo, Acari, Jorge Carelli, Patrícia Amieiro, o desaparecimento de 11 pessoas em Vigário Geral, e outros tantos<sup>66</sup>.

Desses dados se pode afirmar diretamente a fragilidade da política estatal sobre tais casos, que são incapazes de explicar a manutenção de índices alarmantes e a oscilação de dados. A hipótese de que uma parte desses dados se relaciona a mortes provocadas pelo Estado se relaciona com o que os(as) moradores(as) de favela<sup>67</sup> historicamente vem relatando a existência de cemitérios clandestinos, espaços de incineração e o uso da faca de “corvo”<sup>68</sup> para o desaparecimento de corpos. Há relatos de moradores da Rocinha depois do caso Amarildo, de que ainda durante o funcionamento da UPP um

<sup>65</sup> ARAÚJO, Fábio. *Das consequências da “arte” macabra de fazer desaparecer corpos: Violência, sofrimento e política entre familiares de vítimas de desaparecimento forçado*. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da UFRJ. Rio de Janeiro, 2013.

<sup>66</sup> ARAÚJO, Fábio. *Polícia, desaparecimentos e cemitérios clandestinos*. Jornal Brasil de Fato, 20 de setembro de 2013. Disponível em: <http://www.brasildefato.com.br/node/26003>. Acesso em 25/08/2015.

<sup>67</sup> Para o relato e a história de muitos desses moradores, ver a tese de doutorado de Fábio Araújo, anteriormente citada.

<sup>68</sup> Faca utilizada durante a Operação Condor com o objetivo de retirar as vísceras para que os corpos afundassem, e com isso fossem dados como desaparecidos. Para de uma moradora da existência de tais casos, ver: MOREIRA ALVES, Maria Helena; EVANSON, Philip. *Vivendo no fogo cruzado: Moradores de favela, traficantes de droga e violência policial no Rio de Janeiro*. São Paulo: Editora da UNESP, 2013, p.101-104.

lugar conhecido como sítio dos macacos é utilizado como centro de desaparecimento de corpos dos moradores daquela região<sup>69</sup>.

Esses dados, referentes ao estado do Rio de Janeiro como um todo, ou incidem de maneira direta sobre as UPP's ou mostram que o relato acerca do “novo” momento tem fissuras que não são relatadas pelos diferentes mecanismos de publicidade estatal. Eles também contrastam com as declarações ufanistas feitas por agentes de Estado, e falas acríicas feitas por alguns intelectuais que endossaram rapidamente o projeto das UPP's. Seguem as denúncias por parte de moradores(as) de favelas de que a discriminação, as humilhações<sup>70</sup>, os abusos, as torturas, os desaparecimentos e as mortes ainda se mantém, agora submetidos a uma economia política de poder reorganizada com a ocupação territorial permanente. Recentemente, em uma reportagem de revista que trabalhou em torno do “Caso Amarildo”, é narrado que constam no processo outros 22 relatos de pessoas que sobreviveram às torturas. Segundo essas pessoas, o emprego de tortura (como asfixia com saco plástico, choques elétricos na planta dos pés molhados e afogamentos em privada) era uma prática na UPP da Rocinha contra “suspeitos”<sup>71</sup>.

## 5. Em torno dos levantes de junho-outubro de 2013

Muito pouco ainda tem sido escrito de forma mais aprofundada sobre a importância dos movimentos de periferia e de favelas e suas pautas nos levantes de 2013. Embora seja necessário para adentrar nessa discussão fazer uma leitura mais detalhada dos diferentes momentos existentes dentro dos levantes de 2013, é importante deixar algumas reflexões provisórias, já que é claramente identificável que após 2013 alguns termos dos debates públicos foram reposicionados e requalificados em torno de temas importantes para a realidade dos(as) moradores(as) favelas e periferias. Não é possível destrinchar

---

<sup>69</sup> <http://www.redecontraviolencia.org/Artigos/916.html>. Acesso em: 25/08/2015.

<sup>70</sup> Os casos de ampliação da criminalização de moradores (as) de favelas pelos crimes de “desacato à autoridade” e “crime de desobediência” foram alvo de um relatório da Justiça Global que posteriormente ensejariam a denúncia em organismos internacionais do caso.

<sup>71</sup> <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/desaparecidos-e-esquecidos-1402.html>. Acesso em 25/08/2015.

completamente essa relação nos limites do presente ensaio, algo que demandaria a ampliação da presente pesquisa, embora seja importante levantar alguns pontos como temas de discussão a serem retomados.

É certo que os movimentos de favelas e periferias estiveram na disputa de sentidos em torno de tais levantes, sendo não somente uma fração particular dos que foram às ruas, mas integrando a composição dos que questionaram os fundamentos do atual formato de sociabilidade e apontaram para além dele. Para além do questionamento do modelo pautado na lógica mercantil do sistema de transportes em voga hoje em dia na maioria das grandes cidades brasileiras<sup>72</sup>, que foi o estopim do crescimento dos protestos de rua, uma série de outras pautas que emergiram de tais protestos são importantes para compreender o tempo imediatamente posterior aos levantes. É possível perceber claramente que os levantes de junho colocaram, de uma forma que não contida anteriormente, a centralidade em temas como a desmilitarização, as disputas em torno da cidade e o questionamento do modelo de empresariamento urbano que tinha nos grandes eventos um momento específico com suas grandes obras e remodelamentos urbanos diversos feitos em estreita conexão ao grande capital, além da demanda por saúde e educação.

Para essa breve, incompleta e provisória indicação de narrativa, é preciso romper de início com a visão mística que vê em junho de 2013 uma espécie de “raio caído num dia de céu azul” - o dia idílico em que o “gigante acordou”. Uma série de fatores (que repercutiram diretamente nas pautas imediatas que emergiram em junho, já citadas anteriormente) e de lutas contribuíram direta e indiretamente para a emergência daquele momento específico da história recente do país. Certamente não se poderia prever o tamanho principalmente dos atos dos dias 17 e 20 de junho de 2013<sup>73</sup>, mas

---

<sup>72</sup> Ver: MOVIMENTO PASSE LIVRE – SÃO PAULO. *“Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo”*. In: Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013, p.13-18.

<sup>73</sup> Principalmente os dias 17 e 20 de junho tem uma história particular no interior desse período, principalmente em função da reformulação prático-discursiva operado pelas classes dominantes e pelas grandes corporações de comunicação no tratamento dos protestos. De um primeiro momento o tratamento dado por estes atos foi unívoca no sentido de incentivar e legitimar a violência policial. Ao perceberem a ineficácia daquela estratégia e ao ver que isso só faziam os movimentos crescerem, alteram seu discurso para reconhecer a legitimidade das manifestações,

tampouco estes podem ser compreendidos sem as bandeiras anteriormente levantadas e mantidas ativas por essas lutas anteriores permitindo a relação entre momentos históricos distintos, mas relacionados.

Apenas para ficar em exemplos mais imediatos e diretos, é importante mencionar a luta do Movimento Passe Livre por Tarifa Zero e contra a mercantilização do transporte (uma luta também realizada em periferias); as lutas contra o aumento nos transportes naquele ano em Porto Alegre que em alguns momentos reunira mais de 15 mil pessoas nas ruas; de movimentos sociais surgidos em quadras históricas anteriores, como aqueles por saúde e educação responsáveis por manter viva e ativa também no imaginário social a importância e centralidade dessas lutas<sup>74</sup>; dos movimentos que lutam contra a espoliação urbana e por moradia, como o MTST, que teve uma papel muito importante principalmente em São Paulo. Além disso, havia naquele quadro também uma conjuntura de ascenso de greves, conforme demonstrado pelo professor Marcelo Badaró<sup>75</sup>, além do aviltamento das condições de vida e a superexploração do chamado precariado urbano que criavam de forma difusa um quadro de insatisfação, que estiveram entre os elementos que permitiam antever a existência de abalos sísmicos para além do discurso consensualista dos então 11 anos de gestão da ordem burguesa no Brasil pelos governos do PT<sup>76</sup>.

Gostaria de defender aqui a importância e o protagonismo das lutas em favelas nesse ciclo de lutas no caso do Rio de Janeiro<sup>77</sup>. É frequente no

---

desde que “ordeiras”, tentando introduzir já naquele momento a distinção entre manifestantes “pacíficos” e “vândalos”/ “radicais” visando criminalizar como “vândalos”/ “radicais” aqueles que não se enquadravam em seu modelo de “manifestante ideal”. A isso está relacionado o pedido de desculpas oportunistas de Arnaldo Jabor, a presença de alguns grupos de extrema-direita e ao levantamento por alguns grupos da bandeira contra a PEC 37. Esse processo é analisado com mais cuidado em: VIANNA, Silvia. “Será que formulamos mal a pergunta?” In: *Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013, p.53-58.

<sup>74</sup> MATTOS, Marcelo Badaró. “Greves no Brasil: O despertar de um novo ciclo de lutas?”. In: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/532181-greves-no-brasil-o-despertar-de-um-novo-ciclo-de-lutas>. Acesso em 26/08/2015.

<sup>75</sup> O autor mostra, com base nos dados do DIEESE o aumento no número de greves no país em 2010 (446), 2011(554) e 2012 (873).

<sup>76</sup> Ver os escritos de Ruy Braga nesse sentido. Dentre eles: BRAGA, Ruy. “Sob a sombra do precariado”. In: *Cidades Rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013, p.45-51.

<sup>77</sup> Essa ideia é desenvolvida tendo como referência algumas reflexões de Raphael Calazans, morador do Complexo do Alemão, no debate “As Favelas e as Manifestações”, ocorrido em 4 de

cotidiano das classes espoliadas moradoras de favelas a crítica ampla e constante do racismo, da violência e da seletividade pela qual opera a polícia nesses espaços, emergindo as pautas contra a violência policial e contra a ampliação da militarização da vida social através de uma política de segurança pública que privilegia a gestão armada da assim chamada “questão social” com as quais as favelas convivem, num processo que se reordena a partir de 2009. Além dessa pauta histórica, as favelas são um dos principais espaços em que se expressa o reverso do pretense legado da Copa do Mundo<sup>78</sup>, sendo ampliada a ofensiva de remoções durante as obras de preparação para a Copa<sup>79</sup>, com a remoção da Vila Recreio II, Restinga, Vila Harmonia, Comunidade do Campinho, Marambaia, Telerj, Notredame (Recreio), Vila da Amoedo (Recreio) Largo do Tanque e a remoção parcial de comunidades como a Estradinha (Tabajaras), Rua Quáxima (Madureira), Vila Autódromo, Indiana, Arroio Pavuna, Metrô-Mangueira, Vila das Torres, Providência, Vila União de Curicica e outras<sup>80</sup>, intervenções sobre o Horto, ameaças variadas, além das remoções indiretas vividas pelo aumento do custo de vida e da especulação imobiliária que atinge diversas favelas da cidade. É no interior da luta contra as remoções principalmente a partir de 2009, protagonizado por movimentos de favelas e movimentos sociais próximos a este, de onde emergem as primeiras críticas consistentes ao pretense “legado”, que originariam nesse processo denúncias

---

setembro de 2014 na Faculdade de Direito da UFF. As afirmações que faço aqui, inspirado por sua fala, são de minha inteira responsabilidade.

<sup>78</sup> Esse processo contraditório que muitos moradores vivem e viveram é expresso na fala de Michel, antigo morador e comerciante da comunidade Restinga, no Recreio, removida para obras da Transoeste. “Meu nome é Michel, era morador e comerciante aqui da comunidade há 10 anos. A Prefeitura fez essa desapropriação... Desapropriação não, expulsou a gente daqui, tirou a gente daqui forçadamente, contra a lei internacional, nacional [...]. Quando veio tirar a gente aqui, falou que a gente era lixo, que ia remover o lixo da Avenida das Américas, estou indignado com isso. A promessa do Secretário de Habitação era de indenizar a gente, mas só tá na promessa, cumprir ninguém cumpre. O povo aqui foi tratado igual a lixo. [...] Eu me sinto um otário, porque quando o Brasil ganhou essa porcaria de Olimpíada eu tava na Linha Amarela com meu carro, eu fiquei buzinando igual um bobão, e agora tô pagando isso aí. É isso que é Copa do Mundo? É isso que é espírito olímpico?”. Ver: [https://www.youtube.com/watch?v=oa\\_iro4Xgzk](https://www.youtube.com/watch?v=oa_iro4Xgzk). Acesso em 28/08/2015.

<sup>79</sup> Os reversos desse pretense “legado” são expressos nos relatórios de Violações de Direitos do Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas no Rio de Janeiro. Ver: COMITÊ POPULAR DA COPA E OLIMPÍADAS DO RIO DE JANEIRO. *Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: CPCORJ, junho de 2014. Também: COMITÊ POPULAR DA COPA E OLIMPÍADAS DO RIO DE JANEIRO. *Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: CPCORJ, maio de 2013.

<sup>80</sup> Dados presentes em: COMITÊ POPULAR DA COPA E OLIMPÍADAS DO RIO DE JANEIRO. *Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: CPCORJ, maio de 2013, p 21-33.

em órgãos internacionais sobre o quadro de violação de direitos e da preparação de uma “cidade de exceção”<sup>81</sup> para prepará-la para o grande capital que seria beneficiado pelos grandes eventos.

Esses dois eixos principais (luta contra a violência policial e as remoções) que estavam presentes em momentos anteriores e que se mantém com força nos momentos que antecedem aos grandes eventos, se incorporam às pautas históricas por saúde, educação, transporte, saneamento e urbanização. É também de maneira difusa que surgem dos relatos o questionamento de um projeto de cidade elitista, segregacionista e excludente historicamente implementado pelas classes dominantes e que ganham contornos específicos e são reatualizados em tempos de grandes eventos. Justamente pelas favelas conviverem com o reverso do processo de mercantilização e empresariamento urbano vivido pela cidade, que ao mesmo tempo coloca a favela como uma das poucas opções acessíveis aos(as) trabalhadores(as) morarem próximos(as) aos seus locais de trabalho diante do boom especulativo e da histórica segregação sócio-espacial no Rio de Janeiro, e por outro expulsa essa população das áreas centrais por meio das remoções diretas e indiretas no ascenso especulativo que atinge principalmente a Zona Sul, o Centro, e parcelas da Zona Norte, que fazem com que muitos dos movimentos e ativismos de favela já levantem algumas das pautas que seriam ampliadas durante os levantes de 2013. É em proximidade com os movimentos de favela, com a participação de comissões de moradores do Morro da Providência inicialmente impactados pelas obras de preparação para a Copa, que surge o Conselho Popular, o Fórum Comunitário do Porto e depois os Comitês Populares da Copa e das Olimpíadas, que se propõe a questionar o pretenso “legado” da Copa e das Olimpíadas<sup>82</sup> e de questionar o impacto

---

<sup>81</sup> Esse argumento é desenvolvido por Carlos Vainer, com base em toda uma série de alterações legislativas e suspensão de regras que envolvem tanto a Lei Geral da Copa, quanto uma série de outras espécie legislativas e regulamentares que iriam ser implementadas para preparar a cidade para os grandes eventos.

<sup>82</sup> As lutas urbanas e as lutas de favelas no Rio de Janeiro entre 2009-2012 são narrados em: AZEVEDO, Fatima Gabriela Soares. *Cidade e Política: Reforma urbana e exceção no Rio de Janeiro*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Direito da PUC-Rio. Rio de Janeiro, 2015, principalmente p.83-92. As resistências do Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas é narrada em: COMITÊ POPULAR DA COPA E OLIMPÍADAS DO RIO DE JANEIRO. *Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: CPCORJ, maio de 2013, p.113-124.

vivido nas regiões de favela durante esse processo, com a intensificação da criminalização do cotidiano, a tutela armada da vida social, as remoções e a gentrificação, enquanto o pretense “legado” em saúde, educação, saneamento e urbanização é novamente falseado.

Muitas dessas pautas estão presentes nos levantes que vão de junho a outubro de 2013 no Rio de Janeiro, mas esse percurso nem sempre foi linear, e em alguns momentos conviveu com tensões, principalmente nos dias 17 e 20 de junho quando em resposta a palavras de ordem como “O gigante acordou” (entoadas por setores que estavam indo pela primeira vez às ruas ou por segmentos que se auto-identificavam como de classe média e que foram às ruas a partir da tentativa de direcionamento dos protestos de rua por grupos conservadores<sup>83</sup>) os movimentos de favelas e seus apoiadores responderam com a frase “A favela nunca dormiu”. Essa palavra de ordem foi colocada possivelmente indicando, dentre outras coisas que a resistência é condição de existência cotidiana nas favelas e assume as formas mais variadas, e que o movimento de contestação da mercantilização das relações sociais e da violência de Estado não se inicia em junho de 2013.

Durante as manifestações que antecederiam os levantes de junho e durante os grandes protestos dos dias 13, 17 e 20 de junho, setores significativos da militância de favelas estiveram presentes em tais atos, no qual estiveram presentes moradores(as) de diversas comunidades ameaçadas de remoção, quanto de grupos articulados em torno dos Comitês Populares da Copa e das Olimpíadas e outros(as) ativistas e organizações. Alguns dias depois de 20 de junho na maior passeata daquele ciclo de lutas, após a polícia sitiar diversos lugares do centro da cidade e os arredores da Lapa atirando bombas de gás lacrimogênio e balas de borracha, ter realizado detenções para averiguação e feito diversas revistas a esmo em pessoas que naquele momento transitavam nas ruas, além do uso claro de estratégias de intimidação para reprimir os manifestantes, ouvi de um morador e militante de movimentos de favelas de que naquele momento aqueles que estavam nas

---

<sup>83</sup> Para a análise do giro da grande mídia na cobertura dos protestos, ver: VIANNA, Silvia. “Será que formulamos mal a pergunta?” In: *Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013, p.53-58.

ruas tinham em uma pequena dimensão do que é viver sob o estado de sítio, algo que em favelas com UPP's é frequente, com a diferença que na favela as balas não eram de borracha. Esse tipo de observação crítica reapareceria posteriormente durante o ascenso de criminalização aos movimentos, nos quais os moradores de favelas relatavam que aquele quadro de exceção instaurado sobre os manifestantes considerados como “inimigos” públicos era permanente nas favelas e periferias contra os pobres, negros e aqueles que se insurgem contra a pobreza e as desigualdades estruturantes da realidade social brasileira.

Durante a noite do dia 20, Rafael Braga Vieira, jovem negro, morador de rua, cuja família morava na Vila Cruzeiro (Penha) e que portava uma vassoura, água sanitária e desinfetante, foi preso em função dos protestos daquela noite. A sequência de atos que se sucederiam ao grande ato do dia 20 ganharia ares de dramaticidade nas regiões de favela. Após um protesto de rua na Av. Brasil na altura de Bonsucesso, a polícia na noite do dia 24 para o dia 25 de junho realizou uma incursão policial na favela da Maré de alta letalidade. A grande mídia fala em dez, incluindo um sargento do BOPE, os moradores da favela alegam um número ainda maior, já que a apuração da mídia oficial parte da versão policial, que não leva em conta o número de esfaqueados (que não aparecem nos casos de “autos de resistência”) e nem o de desaparecidos<sup>84</sup>. Posteriormente, moradores e apoiadores da Maré organizariam um protesto em repúdio à chacina e às mortes no início de julho daquele ano.

Durante o mês de julho de 2013, além da exigência da renúncia do então governador que foi uma das pautas que articulou as manifestações em julho, um outro elemento importante na manutenção dos protestos foi o questionamento do sumiço do auxiliar de pedreiro Amarildo de Souza depois de uma abordagem feita por policiais da Rocinha. A campanha “Cadê o Amarildo?” tornou-se uma das bandeiras principais desses protestos, que foram um fator importante para que o caso fosse noticiado mesmo na grande

---

<sup>84</sup> Esse episódio é relatado no ensaio: BRITO, Felipe & ROCHA DE OLIVEIRA, Pedro. “Territórios transversais”. In: Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013, p.65-69. Ver também a nota assinada por organizações: <http://global.org.br/programas/nota-contr-a-violencia-policial-apos-protestos-policia-realiza-chacina-na-mare/>. Acesso em 26/08/2015.

mídia, apesar de um bloqueio inicial das grandes corporações de comunicação. Houveram no desdobramento do “caso Amarildo” manifestações na favela da Rocinha que costumavam ter início na passarela em frente à Rocinha e o encerramento simbólico na esquina da casa do então governador Sérgio Cabral, no Leblon. Esse momento de encerramento simbólico era marcado por sensações distintas: alguns moradores da Rocinha já haviam voltado para casa logo depois de atravessar o túnel em função das pesadas barreiras simbólico-práticas que marcam a divisão desigual do espaço no Rio de Janeiro, algumas crianças acompanharam a manifestação até o final vivenciando um dos poucos momentos em que estiveram naquele espaço e puderem vivenciá-lo de maneira um pouco distinta do preconceito e das restrições físicas que sofrem para ir até o Leblon<sup>85</sup>, outras(os) voltaram para casa ou antes ou logo depois desse encerramento por temor de represálias da polícia que ocorrem de madrugada, e um número menor se juntaram a outros ativistas e apoiadores para percorrer o Leblon em protesto e levantando a pergunta “Cadê o Amarildo?”.

Foi a partir da repercussão do caso, feita apesar da tentativa de criminalização de Amarildo e de sua família por reportagens e agentes de Estado (dentre eles o delegado Ruchester Medeiros) que queriam associá-los ao tráfico de drogas, que se forçaria a própria apuração do caso, que do contrário muito provavelmente seria suprimido de qualquer noticiamento ou apuração. Posteriormente ao chamado “caso Amarildo”, outros casos (anteriores e posteriores) de violência policial em favelas ocupadas pela polícia ou que sofreram mega-operações policiais seriam relatados e noticiados como o de Aliélson Nogueira, Jacarezinho<sup>86</sup>, Paulo Roberto Pinho de Menezes, Manguinhos, Douglas Rafael da Silva (DG), Pavão – Pavãozinho; André de Lima Cardoso, Pavão-Pavãozinho; José Carlos Lopes Júnior, morador do morro São

---

<sup>85</sup> Vera Malaguti aponta que um dos efeitos da UPP é reforçar a segregação sócio-espacial do Rio de Janeiro, confinando a juventude favelada em suas regiões de moradia e de trabalho, fazendo com que reproduza um trajeto pré-projetado, e incidindo sobre o ir e vir desses jovens na cidade, reproduzindo assim as relações desiguais que estruturam o Rio de Janeiro. Para ela: “Um dos objetos centrais das UPPs é barrar os fluxos de movimentação das favelas com patrulhas, revistas e 'checkpoints'” Ver: MALAGUTI BATISTA, Vera. “*A juventude popular e o direito de ir e vir*”. Revista Brasileira de Ciências Criminais, vol. 109, jul/ago 2014, p.283-294.

<sup>86</sup> PRADAL, Fernanda. “*A perversa 'pacificação' do Rio de Janeiro: comentários a partir de um assassinato na favela do Jacarezinho*”. Disponível em: <http://blogconvergencia.org/blogconvergencia/?p=1296>. Acesso em 26/08/2015.

João; Johnatha de Oliveira Lima, Manguinhos; Hugo Leonardo da Silva, Rocinha<sup>87</sup>; Thales Pereira Ribeiro D'Adrea, Morro do Fogueteiro; Jackson Lessa dos Santos, Morro do Fogueteiro; Mateus Oliveira Casé, Manguinhos; Paulo Henrique dos Santos, Cidade de Deus; Laércio Hilário da Luz Neto, Morro do Alemão e Israel Meneses, Jacarezinho<sup>88</sup>.

É preciso cuidado ao colocar muitos desses pontos. Para haver uma maior visibilidade das mortes, é sinal de que elas continuam ocorrendo, só que agora elas são noticiadas. É equivocada a leitura feita por alguns intelectuais universitários de um balanço inerentemente positivo disso. São as favelas que são forçadas a conviver com o quadro de violência policial e arbítrio estatal em seu cotidiano. Muitas manifestações tem dificuldade de ocorrer em regiões de favela pelo receio de retaliações e represálias policiais durante a noite e no cotidiano, além de conviverem com o risco permanente de sua criminalização (seja pela acusação de associação com o comércio varejista de drogas, seja pelos estigmas que pesam sobre o(a) morador(a) em favelas). É importante, diante do chamado “Caso Amarildo”, intervir para que não mais aconteçam tais casos e lutar contra o modelo de subjugação da vida que incide diretamente sobre a população negra e pobre, e não cair numa compreensão que faz da morte alheia algo natural para uma chave de leitura dos processos sociais que quer analisá-los prioritariamente em termos de uma “positividade” abstrata e irresponsável.

No desdobramento das manifestações no mês de agosto, há o recuo dos poderes instituídos, com o anúncio (provisório) de não-demolição de algumas comunidades, a revogação da resolução 013 e a intensificação dos protestos de rua exigindo a apuração sobre o ocorrido com o auxiliar de pedreiro Amarildo de Souza. Durante o mês de setembro, houveram revoltas espontâneas sucessivas contra o sistema de transportes na cidade, de forma mais expressiva contra os trens, mas também contra os ônibus e BRT's nas regiões de periferia. Durante esse percurso, os movimentos de favelas se

---

<sup>87</sup> Essa morte só foi revelada após as repercussões do Caso Amarildo. Ver: COMITÊ POPULAR DA COPA E OLIMPÍADAS DO RIO DE JANEIRO. *Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: CPCORJ, junho de 2014, p.103.

<sup>88</sup> [http://www.peticao24.com/manifesto\\_queremos\\_ser\\_felizes\\_e\\_andar\\_tranquilamente\\_na\\_favela](http://www.peticao24.com/manifesto_queremos_ser_felizes_e_andar_tranquilamente_na_favela). Acesso em 26/08/2015. Uma lista das vítimas fatais em áreas de UPP entre 2011 e 2014 é apresentada nas páginas 104 e 105 do Dossiê citado na nota de rodapé anterior.

mantiveram nas ruas, embora a partir de meados de outubro de 2013 é claramente perceptível um ciclo repressivo comandado pelo governo municipal, estadual e federal voltado contra os manifestantes, e que atinge também os protestos ocorridos em favelas<sup>89</sup>.

Os levantes de junho-outubro seriam responsáveis pela reconfiguração do debate público em diferentes aspectos, e que impactaria a realidade nas favelas. 1) Passou a haver um noticiamento mais amplo dos atos arbitrários e autocráticos em áreas de UPP, do qual o chamado “caso Amarildo” é um exemplo; 2) A crítica da repressão policial, que estaria presente nas manifestações e que marca o cotidiano das classes espoliadas no Rio de Janeiro faria com que o questionamento da própria PM como instituição ganhasse espaço; 3) Articulado ao ponto anterior, houve a emergência de uma pauta mais consistente em termos de força social em torno da desmilitarização da vida social. Junto a isso a emergência de textos e intervenções críticas em relação às UPP's. 4) Houve a requalificação do debate público sobre os sentidos da cidade e de temas como saúde, educação, transporte e moradia, que tocam de maneira sensível o cotidiano das favelas. 5) Intensificação do próprio mídia-livrisimo em regiões de favelas e a presença mais ampla da mídia alternativa, que tem exposto uma série de arbítrios em regiões de UPP. Houve também a formação de coletivos, movimentos, mídias comunitárias e novas formas de atuação no espaço.

É justamente por ter colocado pautas importantes (como mencionado anteriormente, em torno de transporte, saúde e educação de qualidade e não-mercantis, a crítica da violência policial e a demanda por desmilitarização da vida social, e exposto a luta contra o projeto de cidade posto em curso pelas classes dominantes) e por ter representado a reconfiguração do debate público em torno de temas essenciais, capazes de questionar alguns dos alicerces da atual sociabilidade neoliberal, que é organizada pelas classes

---

<sup>89</sup> Ver a análise da pesquisadora da Justiça Global, Juliana Farias, que trabalha com casos de violência institucional. “Chamamos atenção, ainda, para algumas mudanças significativas neste cenário de controle e opressão a partir de junho de 2013: quando as manifestações se amplificaram em todo país, a repressão aos atos e protestos de moradores de favelas se intensificou – e nas favelas onde existem Unidades de Polícia Pacificadora não foi diferente”. FARIAS, Juliana. “*Sobre violações de direitos em favelas com UPP*”. Disponível em: <http://global.org.br/arquivo/noticias/sobre-violacoes-de-direitos-em-favelas-com-upp/>. Acesso em 26/08/2015

dominantes uma reação intensa que está na origem do atual ascenso ultraconservador, que também convive com diferentes fases na tentativa de conter os ecos do levante de 2013, e que a partir de outubro de 2014 e com contornos nítidos em 2015, toma a forma de uma ofensiva reacionária na tentativa de apagar muitos dos legados dos levantes de 2013. Esse processo ocorre em diferentes momentos.

Inicialmente, com o enfraquecimento dos protestos de rua a partir de 2014 promovido principalmente em função da repressão (física, policial, judiciária e simbólica) organizada pelas classes dominantes, há uma ofensiva dos poderes constituídos depois de anunciarem que recuariam em algumas questões, como a revogação da Resolução 013 e a não-remoção da Vila Autódromo, da Estradinha e da Indiana. Essa ofensiva representa o abandono de alguns desses acenos feitos depois dos levantes. No caso da resolução 013, a polícia por via de procedimentos formais e informais seguiria impedindo ou dificultando sobretudo a realização de bailes funk, além de intervir sobre outras formas de manifestações culturais em favelas. Na Vila Autódromo houve a intensificação das pressões da prefeitura sobre os moradores, e início da demolição das casas com a cassação da liminar conseguida pelas(os) defensoras(es) do Núcleo de Terras e Habitação por parte do próprio defensor público geral. Embora o prefeito tenha dado declarações oficiais falando da permanência da comunidade, atualmente houve o deslocamento do processo de remoção para um “corpo técnico” da prefeitura que vem dificultando a permanência dos moradores que querem permanecer na comunidade, através da inviabilização do Plano Popular de urbanização, construído pelos moradores da Vila Autódromo com núcleos da UFRJ e da UFF. Por outro lado, vem sendo ofertadas em troca de casas na comunidade apartamentos do Minha Casa, Minha Vida e ofertas em alto valor monetário pelas casas. Os moradores que querem permanecer não são contra a ida desses moradores, mas alegam que as demolições da prefeitura além de promover pressão psicológica ao deixar a comunidade como se estivesse demolida, ainda por cima danifica as precárias redes de água, luz e esgoto existentes na comunidade, enquanto simultaneamente a prefeitura não apresenta qualquer plano de urbanização para aqueles que desejam ficar. Além disso, são frequentes as mais variadas

formas de pressão pela prefeitura e pelas empreiteiras e concessionárias do Parque Olímpico no sentido de inviabilizar a permanência dos moradores na Vila Autódromo, que seguem resistindo. Esses elementos são parte da reação organizada aos levantes de 2013, mas no início de 2014 muitas dessas questões seguiram em disputa, e as pautas levantadas em 2013 seguiram em evidência. As manifestações passaram também a adquirir um tom defensivo, na tentativa de conter o avanço criminalizador em curso, que como ressaltou Juliana Farias, atingia também diretamente as manifestações em favelas.

No final de março de 2014, num momento próximo dos 50 anos do golpe empresarial-militar de 64, é realizada uma mega-operação de ocupação do Complexo da Maré ordenado pelo governo federal e estadual, retomando a ofensiva de militarização da vida social nas favelas. É também em fins de março que a auxiliar de limpeza Cláudia Silva Ferreira é morta durante uma troca de tiros entre a polícia e o comércio varejista de drogas que se sucede a uma mega-operação policial no Morro da Congonha, em Madureira, enquanto a moradora ia comprar pão. Depois de ser baleada, Cláudia foi colocada na caçamba de um camburão e arrastada no chão pelos policiais militares que dirigiam o veículo. Naquela mesma semana na Cidade de Deus durante uma operação policial uma jovem foi agredida e arrastada pelo cabelo e uma gari foi baleada no quadril quando estava na porta da sala de casa<sup>90</sup>. Ainda em abril daquele ano, mais um caso de violência policial em áreas de UPP no qual o dançarino e morador do Pavão-Pavãozinho Douglas Rafael da Silva (DG) foi assassinado depois de uma operação policial na comunidade. Após o assassinato de DG, tem sequência uma série de manifestações, e durante a repressão policial a uma delas, Edilson da Silva dos Santos é morto com um tiro na cabeça<sup>91</sup>. Os protestos contra a morte de DG e pela apuração do caso fecharam algumas ruas de Copacabana, e seu enterro no cemitério São João Batista ocorreu com uma manifestação em protesto contra a violência policial em favelas e contra a criminalização da pobreza. Em agosto daquele ano, foi publicizado por um policial o estupro coletivo de mulheres no Jacarezinho por

---

<sup>90</sup><http://www.pragmatismopolitico.com.br/2014/03/claudia-negra-auxiliar-de-limpeza-morta-arrastada-por-viatura-da-pm.html>. Acesso em 27/08/2015

<sup>91</sup><http://www.cartacapital.com.br/sociedade/douglas-rafael-mais-um-amarildo-6136.html>. Acesso em 27/08/2015.

parte de 4 policiais da UPP do local<sup>92</sup>.

A repressão dos questionamentos à Copa abre caminho para o reacionarismo e o conservadorismo que se expressam a partir de outubro de 2014 e que tem contornos nítidos durante o ano de 2015. A estratégia inicial das classes dominantes que ocorre simultaneamente aos protestos de 2013 e que vai até a Copa é marcada pela criminalização dos manifestantes (através da figura do “vândalo”/“radical”) e pela deslegitimação do movimento. Com as eleições e a chegada de 2015, essa estratégia inicial toma a forma de um ataque reacionário em múltiplas direções. Isso promove o retrocesso em um conjunto de pautas levantadas em junho de 2013, e no decorrer de 2015 episódios sucessivos apontam para um movimento de reação aos levantes de 2013, marcada tanto por uma ofensiva pela via institucional, quanto por marchas organizadas pela direita tradicional e extrema-direita, e pelas classes média e alta, que serve de suporte a essa ofensiva reacionária. A isso se soma um programa de ajuste fiscal elaborado pelo executivo que joga nas costas dos(as) trabalhadores(as) o peso da crise do capitalismo. Esse ataque a direitos toma diferentes formas, tanto com a aprovação de MP's para promover o ajuste fiscal, quanto promove-se a ampliação das terceirizações por via do PL 4330, aprovado em primeiro turno na Câmara<sup>93</sup>. As greves dos garis e dos professores em 2015 tentaram lutar contra alguns dos efeitos das políticas de austeridade implementadas, entretanto apesar de algumas conquistas obtidas por essas duas categorias, as políticas de cortes e ajustes sobre os direitos dos(as) trabalhadores(as) prosseguiram.

O quadro de reação aos levantes de junho-outubro de 2013 que torna-se claro em 2015 é marcada dentre outros aspectos pela retomada da ofensiva favorável à redução da maioria penal e do aumento do poder da chamada bancada da bala e de deputados de extrema-direita para o recurso a uma ofensiva criminalizante. Muitas dessas medidas tem efeito direto sobre a população negra, pobre e favelada, que são os alvos privilegiados do sistema

---

<sup>92</sup><http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2014-08-06/pm-presos-diz-ter-visto-outros-policiais-estuprando-mulheres-no-jacarezinho.html>. Acesso em 28/08/2015.

<sup>93</sup> Escrevi sobre essas marchas e a ofensiva reacionária focando a conjuntura geral aqui: <https://capitalismoemdesencanto.wordpress.com/2015/04/24/dez-observacoes-sobre-a-conjuntura-atual/>. Acesso em 28/08/2015.

penal e do controle social estatal em seu processo de intervenção seletiva e de reprodução das desigualdades estruturais que marcam a formação social brasileira.

Simultaneamente à tentativa de eliminação do debate sobre a desmilitarização e da crítica a instituição policial, seguem ocorrendo os episódios de violência e arbítrios policiais em favelas ocupadas por UPP's, como o caso do menino de 10 anos Eduardo Jesus Ferreira, morto por um policial militar com um tiro na cabeça na porta de casa, enquanto saía para conversar com os pedreiros que faziam uma obra em frente a sua casa e brincar com um telefone celular<sup>94</sup>. Embora as autoridades instituídas tenham utilizado contra o garoto as estratégias tradicionais de acusá-lo de associação ao comércio varejista de drogas ou tentar tratar o caso como mais um “caso isolado”, o mesmo acabou sendo publicizado, embora isso não tenha significado para a família nem a apuração do caso e nem o recebimento de qualquer indenização, seja pela morte do filho, seja pela sua casa que depois do caso foi demolida pela prefeitura<sup>95</sup>.

Ampliam-se também no ano de 2015 as trocas de tiros entre a polícia e o comércio varejista de drogas (em alguns casos marcados por disputas sobre o pagamento de “arrego”), que põe em xeque em diferentes favelas (com contornos dramáticos no Complexo do Alemão, por exemplo) a sustentação do argumento de ausência ou diminuição da troca de tiros<sup>96</sup>. Pesquisadores também vem expondo que uma parte da divulgada redução de alguns índices de criminalidade em áreas de UPP divulgados pelo governo do Estado não se sustenta quando cruzados com os dados globais e com o relato de moradores(as) de outras localidades, já que esses elementos indicam para um deslocamento espacial do conflito como consequência de uma política que não ataca as razões estruturais de existência do mesmo<sup>97</sup>.

---

<sup>94</sup> [http://brasil.elpais.com/brasil/2015/04/03/politica/1428077169\\_424197.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2015/04/03/politica/1428077169_424197.html). Acesso em 28/08/2015.

<sup>95</sup> <https://midiainformal.wordpress.com/2015/06/05/mae-do-menino-eduardo-de-jesus-morto-no-complexo-do-alemao-cobra-solucao-do-estado/>. Acesso em 28/08/2015.

<sup>96</sup> FARIAS, Juliana. “Sobre violações de direitos em favelas com UPP”. Op. Cit.

<sup>97</sup> BARREIRA, Marcos & BOTELHO, Maurílio Lima. “Entre os números e a ideologia: a avaliação das UPPs em ‘Os donos do morro’”. Disponível em: <http://blogdaboitempo.com.br/2015/05/26/entre-os-numeros-e-a-ideologia-a-avaliacao-das-upps-em-os-donos-do-morro/>. Acesso em 28/08/2015.

Entretanto, esse quadro de perda de legitimidade não significa necessariamente a superação do atual quadro que atinge principalmente a população favelada e as regiões de favelas. Ao contrário, pode-se desenvolver em relação a ele uma atitude cínica<sup>98</sup>, como vem sendo feito pelos poderes instituídos, que apesar das críticas consistentes já formuladas pelos movimentos de favela e pelos movimentos sociais, continua implementando um modelo militarizado de política a sangue, suor e fogo. Sem uma base real de transformação o processo de crítica tende a esvanecer-se, sendo insuficiente para conter o avanço do cinismo e da autocracia em suas variadas formas. A ofensiva reacionária aos levantes de 2013 mostram que algumas das conquistas obtidas naquele momento não são dadas em si, e estão sujeitas elas mesmos a um processo em que os explorados e espoliados contam com a sua mobilização para avançar em sua luta enquanto as classes dominantes e seus associados recorrem às estruturas de poder (ideológico, político, econômico, social e racial) vigentes para manter as coisas em seu lugar. A manutenção, a implementação ou mesmo o advento de novas conquistas como aquelas obtidas temporariamente a partir dos levantes de 2013 depende de um quadro de lutas desenvolvidos pelos explorados e espoliados sob o prisma da emancipação que possa ir além. Os levantes de 2013 colocaram a importância de que a auto-organização e a luta dos explorados e espoliados por emancipação atingisse um novo patamar, e é a partir disso e da formação de um novo ciclo de lutas que pode ser elaborada uma resposta a atual ofensiva reacionária.

### Referências Bibliográficas

AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer – O poder soberano e a vida nua I*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002.

ANISTIA INTERNACIONAL. *Você matou meu filho: Homicídios cometidos pela*

---

<sup>98</sup> Sobre o cinismo como fenômeno social no Brasil contemporâneo, ver: SAFATLE, Vladimir. *Cinismo e Falência da Crítica*. São Paulo: Boitempo, 2008.

*Polícia Militar na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Anistia Internacional, 2015.

ARAÚJO, Fábio. *Das consequências da “arte” macabra de fazer desaparecer corpos: Violência, sofrimento e política entre familiares de vítima de desaparecimento forçado*. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da UFRJ. Rio de Janeiro, 2013.

\_\_\_\_\_. “Polícia, desaparecimentos e cemitérios clandestinos”. *Jornal Brasil de Fato*, 20 de setembro de 2013. Disponível em: <http://www.brasildefato.com.br/node/26003>

AZEVEDO, Fatima Gabriela Soares. “*O Rio civiliza-se; o Rio desenvolve-se – A Modernidade no espaço urbano do Rio de Janeiro*”. Monografia em História. Faculdade de História da UNIRIO. Rio de Janeiro, 2012.

\_\_\_\_\_. *Cidade e Política: Reforma urbana e exceção no Rio de Janeiro*. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Direito da PUC-Rio. Rio de Janeiro, 2015.

BARREIRA, Marcos. “Cidade Olímpica: Sobre o nexo entre reestruturação urbana e violência na cidade do Rio de Janeiro”. BRITO, Felipe; OLIVEIRA, Pedro Rocha de (Orgs.). *Até o último homem: Visões cariocas da administração armada da vida social*. Rio de Janeiro: Boitempo, 2013.

\_\_\_\_\_ & BOTELHO, Maurílio Lima. “*Entre os números e a ideologia: a avaliação das UPPs em ‘Os donos do morro’*”. Disponível em: <http://blogdaboitempo.com.br/2015/05/26/entre-os-numeros-e-a-ideologia-a-avaliacao-das-upps-em-os-donos-do-morro/>

BATISTA, Nilo. “*Fragmentos de um discurso sedicioso*”. *Revista Discursos Sediciosos*, n.1, Rio de Janeiro, 1996.

BENJAMIN, Walter. “*A Paris do Segundo Império segundo Baudelaire*”. In:

\_\_\_\_\_. Obras Escolhidas Vol. 2 - Charles Baudelaire – Um lírico no auge do capitalismo. São Paulo: Brasiliense, 1989.

BOTELHO, Maurílio Lima. “Crise Urbana no Rio de Janeiro: Favelização e empreendedorismo dos pobres”. In: BRITO, Felipe; OLIVEIRA, Pedro Rocha de. (Orgs.) *Até o último homem: Visões cariocas da administração armada da vida social*. Rio de Janeiro: Boitempo, 2013.

BRANDÃO, Ana Carolina. *A expulsão das prostitutas do “Prédio da Caixa” na cidade de Niterói: um estudo sobre a produção do espaço urbano e das relações de gênero e sexualidade*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Direito da PUC-Rio. Rio de Janeiro, 2015.

BRASIL. Censo Demográfico 2010. Aglomerados subnormais – Informações territoriais. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: [http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/552/cd\\_2010\\_agrn\\_if.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/552/cd_2010_agrn_if.pdf)  
BRASIL. Decreto n. 41.650, de 21 de janeiro de 2009. Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro de 22 de janeiro de 2009.

BRITO, Felipe; VILLAR, André; BLANK, Javier. “Será guerra?” In: BRITO, Felipe;

CONSELHO DE DIREITOS HUMANOS/ONU. *Relatório do Relator Especial de execuções extrajudiciais, sumárias ou Arbitrárias – Dr. Philip Alston*. Genebra: Agosto de 2008.

COMITÊ POPULAR DA COPA E OLIMPÍADAS DO RIO DE JANEIRO. *Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: CPCORJ, junho de 2014.

COMITÊ POPULAR DA COPA E OLIMPÍADAS DO RIO DE JANEIRO. *Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: CPCORJ, maio de 2013.

DORNELLES, João Ricardo. *Conflito e Segurança – Entre pombos e falcões*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

FACINA, Adriana. “Consumo Favela”. In: Política cultural com as periferias: Práticas e indagações de uma problemática contemporânea (Org. Pâmella Passos, Aline Dantas e Marisa Mello). Rio de Janeiro: IFRJ, 2013.

Fala de Mc Leonardo durante o debate “Paz Armada”. Semana Jurídica do CALC (Centro Acadêmico Luiz Carpenter – Direito UERJ) em 31/10/2011. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=hJlIf6hHS-k>

FARIAS, Juliana. “Sobre violações de direitos em favelas com UPP”. Disponível em: <http://global.org.br/arquivo/noticias/sobre-violacoes-de-direitos-em-favelas-com-upp/>

FAULHABER, Lucas & NACIF, Cristina Lontra. *Rio Maravilha: desapropriações, remoções e reforço do padrão de organização espacial centro-periferia*. In: Trabalho apresentado ao XV Encontro Nacional da ANPUR. Recife: ANPUR, 2013.

FERNANDES, Florestan. “A revolução burguesa no Brasil”. São Paulo: Globo, 2006.

Folha de São Paulo 28/11/2010. *Empresas ajudam a financiar pacificação*. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2811201040.htm>

FOUCAULT, Michel. “O nascimento da biopolítica”. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GOFFMAN, Erving. “Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada”. Rio de Janeiro: LTC, 1973.

HARVEY, David. “The right to the city”. *New Left Review* 53, Sept-Oct 2008, 23-

40.

\_\_\_\_\_. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2006.

INSTITUTO DE DEFENSORES DE DIREITOS HUMANOS (DDH). *Relatório final do projeto "Paz sem voz é medo: a criminalização da pobreza em comunidades com a implementação de UPPs"*. Rio de Janeiro: Outubro de 2012.

LA ROCQUE, Eduarda. "Rumo ao fim da Cidade Partida". In: REIS VELLOSO, J.P. Desenvolvimento Humano, "Indústrias Criativas", favelas e "Os estatutos do Homem". Rio de Janeiro: José Olympo, 2012. Presente também em: <http://www.rio.rj.gov.br/documents/91329/7f548206-1f79-43dc-950a-a51d1c5ce7f0>

LEITE, Márcia Pereira. "*Território e Ocupação: afinal, de que regime se trata*". Disponível em: <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1353>

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio & LEITE, Márcia Pereira. "*Violência, crime e polícia: O que os favelados dizem quando falam desses temas*". In: MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. (Org.). *Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

MALAGUTI BATISTA, Vera. *Difíceis ganhos fáceis – drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Revan/ICC, 2003.

\_\_\_\_\_. "*O Alemão é muito mais complexo*". Texto apresentado no 17º Seminário Internacional de Ciências Criminais em São Paulo – 23/07/2011

\_\_\_\_\_. "*A juventude popular e o direito de ir e vir*". *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, vol. 109, jul/ago 2014.

MATTOS, Marcelo Badaró. *Greves no Brasil: "O despertar de um novo ciclo de lutas?"*. In: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/532181-greves-no-brasil-o>

despertar-de-um-novo-ciclo-de-lutas

MENDES, Alexandre F. “*Entre choques e finanças: a ‘pacificação’ e a ‘integração’ da favela à cidade no Rio de Janeiro*”. Revista 'O Social em Questão' – Ano XVIII, nº31, 2014, p.237-252.

MOREIRA ALVES, Maria Helena. *O inimigo interno é, no conceito de pacificação de hoje, o povo todo das favelas*. Jornal Brasil de Fato, 20/05/2014. Disponível em: <http://www.brasildefato.com.br/node/28577>

MOREIRA ALVES, Maria Helena; EVANSON, Philip. *Vivendo no fogo cruzado: Moradores de favela, traficantes de droga e violência policial no Rio de Janeiro*. São Paulo: Editora da UNESP, 2013.

MOVIMENTO PASSE LIVRE – SÃO PAULO. *Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo*. In: Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

NETTO, José Paulo. “*Capitalismo e barbárie contemporânea*”. Revista Argumentum, Vitória (ES), v.4, n.1, jan/jun 2012.

OLIVEIRA, Pedro Rocha de. (Orgs.). *Até o último homem: Visões cariocas da administração armada da vida social*. São Paulo: Boitempo, 2013.

\_\_\_\_\_ & OLIVEIRA, Pedro Rocha. *Territórios transversais*. In: Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

ONG Rio on Watch: *Light emite contas contraditórias e serviço questionável em favelas com UPP*. Disponível em: <http://riononwatch.org.br/?p=11037>  
<http://www.upprj.com/>;

PACHECO DE OLIVEIRA, João. “*Pacificação e tutela militar na gestão de*

*territórios e populações*". Revista Mana, vol. 20, nº1, abril de 2014.

PRADAL, Fernanda. "A perversa 'pacificação' do Rio de Janeiro: comentários a partir de um assassinato na favela do Jacarezinho". Disponível em: <http://blogconvergencia.org/blogconvergencia/?p=1296>

PROJETO DIREITOS EM MOVIMENTO: TERRITÓRIOS E COMUNIDADES. *Relatório sobre o "Mutirão de atendimento e orientação jurídica aos moradores do Chapéu-Mangueira (Leme) em questões de direito à moradia e do consumidor de serviços de energia elétrica"*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2013.

REPPER FIELL. *Da favela para as favelas: História e experiência do Repper Fiell*. Rio de Janeiro: Malungo Comunicação e Editora, 2011.

RIO DE JANEIRO. Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão. Orçamento anual de 2012. Rio de Janeiro: 2012, SEPLAG

SAFATLE, Vladimir. *Cinismo e Falência da Crítica*. São Paulo: Boitempo, 2008.

SILVA, Luciane Soares. "Agora abaixe o som: UPP's, ordem e música na cidade do Rio de Janeiro". Cadernos CRH, vol.27, n.70, Salvador, jan./abr. 2014.

\_\_\_\_\_. "‘Vamos combinar’: Não deu certo: É preciso acabar com as UPPs no Rio de Janeiro". Revista Vírus Planetário. Abril de 2015. Disponível em: <http://www.virusplanetario.net/combinar-unidades-pacificadora/>

TOMAZINE TEIXEIRA, Eduardo. "Unidades de Polícia Pacificadora: O que são, a que anseios respondem e quais desafios colocam aos ativismos urbanos? – 2.ª Parte". Disponível em: <http://passapalavra.info/2010/06/25791>

\_\_\_\_\_. "A 'doutrina da pacificação'". In: <http://passapalavra.info/2011/01/34214>

VIANNA, Silvia. “Será que formulamos mal a pergunta?” In: *Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

VIEIRA, Rafael B. “Dez observações sobre a conjuntura atual”. Disponível em: <https://capitalismoemdesencanto.wordpress.com/2015/04/24/dez-observacoes-sobre-a-conjuntura-atual/>

WACQUANT, Loic. *Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Revan, 2013.

\_\_\_\_\_. “Marginalidade, etnicidade e penalidade na cidade neoliberal: Uma cartografia analítica”. *Revista Tempo Social, Revista de Sociologia da USP*, v. 26, n.2, novembro de 2014.

#### *Endereços Eletrônicos*

<http://www.cartacapital.com.br/politica/realidade-na-ficcao>

<http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,ninguem-sabe-quantas-favelas-existem-no-rio-imp-,809440>

<http://www.brasil247.com/pt/247/favela247/126597/Quantas-pessoas-moram-nas-favelas-do-Rio.htm>

<http://oglobo.globo.com/rio/eduardo-paes-faz-acordo-com-sergio-cabral-upp-social-municipalizada-2842792>

<http://extra.globo.com/noticias/rio/paes-vai-encerrar-upp-social-criar-ouvidorias-em-favelas-moradores-vao-receber-queixas-denuncias-7935522.html>

<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2010/05/472081.shtml>

<http://oglobo.globo.com/rio/beltrame-sobre-5-anos-de-upp-daqui-20-anos-que-sera-da-favela-11056774>

<http://oglobo.globo.com/rio/apos-anos-de-esvaziamento-pacificacao-atrai-empresas-para-areas-proximas-favelas-2911516#>

<http://wikileaks.ch/cable/2009/09/09RIODEJANEIRO329.html>

<http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/rj/beltrame+descarta+upp+na+vila+cruzeiro+agora+mas+pm+diz+que+entrou+para+ficar/n1237839462244.html>

<https://www.youtube.com/watch?v=zbYUNo3wRGg>

<http://noticias.r7.com/videos/david-beckham-compra-mansao-de-r-1-milhao-no-morro-vidigal-rj-/idmedia/5345e0ec0cf296ccd097475a.html>

<http://extra.globo.com/famosos/david-beckham-compra-casarao-em-favela-no-rio-de-janeiro-12135360.html>

<http://www.brasil247.com/pt/247/favela247/136398/A-mans%C3%A3o-do-Beckham-e-a-gentrifica%C3%A7%C3%A3o-no-Vidigal.htm>

<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/gentrificacao-chega-ao-vidigal-e-pressiona-precos-dos-imoveis-8227.html>

<http://www.rj.gov.br/web/imprensa/exibeconteudo?article-id=1715979>

<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/o-asfalto-invade-o-morro/>

<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/10/12/em-favelas-com-upp-baile-funk-perde-a-vez-para-festas-de-classe-media.htm>

[http://www2.ohchr.org/english/issues/executions/docs/A\\_HRC\\_11\\_2\\_Add\\_2\\_English.pdf](http://www2.ohchr.org/english/issues/executions/docs/A_HRC_11_2_Add_2_English.pdf)

<http://www.abant.org.br/conteudo/000NOTICIAS/OutrasNoticias/portugues.PDF>

<http://oglobo.globo.com/rio/sergio-cabral-comemora-queda-nos-indices-de-criminalidade-anunciada-pelo-isp-2712931>

<http://noticias.uol.com.br/ultnot/agencia/2008/09/18/ult4469u30952.jhtm>

<http://www.redecontraviolencia.org/Artigos/916.html>

<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/desaparecidos-e-esquecidos-1402.html>

[http://www.peticao24.com/manifesto\\_queremos\\_ser\\_felizes\\_e\\_andar\\_tranquilamente\\_na\\_favela](http://www.peticao24.com/manifesto_queremos_ser_felizes_e_andar_tranquilamente_na_favela)

<http://www.pragmatismopolitico.com.br/2014/03/claudia-negra-auxiliar-de-limpeza-morta-arrastada-por-viatura-da-pm.html>

<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/douglas-rafael-mais-um-amarildo-6136.html>

<http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2014-08-06/pm-presos-diz-ter-visto-outros-policiais-estuprando-mulheres-no-jacarezinho.html>

[http://brasil.elpais.com/brasil/2015/04/03/politica/1428077169\\_424197.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2015/04/03/politica/1428077169_424197.html)

<https://midiainformal.wordpress.com/2015/06/05/mae-do-menino-eduardo-de-jesus-morto-no-complexo-do-alemao-cobra-solucao-do-estado/>

**Sobre o autor:****Rafael Barros Vieira**

Professor Adjunto do Departamento de Políticas Públicas da Universidade Federal Fluminense. Mestre e Doutor em Teoria do Estado e Direito Constitucional pela PUC-Rio. Graduado em Ciências Jurídicas e Sociais pela UFRJ. Email para contato: rafaelb.vieira@yahoo.com.br.

**O autor é o único responsável pela redação do artigo.**